ARQUITETO

Um prêmio à arquitetura brasileira

O Prêmio Jean Tschumi, conferido pela União Internacional de Arquitetos a cada três anos, foi concedido ao brasileiro João Batista Villanova Artigas, "cujo trabalho e dedicação ao ensino, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, nos últimos trinta anos, contribuíram de maneira determinante para a formação e o desenvolvimento das mais recentes gerações de arquitetos brasileiros".

Fábio Penteado, membro da UIA no Brasil e diretor responsável do **Arquiteto,** fala da importância desse prêmio, que não é só de Artigas, mas de todos os arquitetos que se dedicam à tarefa de ensinar. Página 3.

Como homenagem a Artigas, em São Paulo, está sendo preparada uma exposição sobre sua obra. A mostra, que Francisco Petracco está preparando, será enviada ao Congresso Mundial dos Arquitetos, a se realizar no próximo mês de setembro, em Varna, na Bulgária. O IAB/SP está estudando, além dessa, outras homenagens a Artigas.

Jornal de arquitetos para arquitetos

Este é o seu jornal, um jornal de arquitetos para arquitetos. É o veículo de comunicação da classe, que nestes últimos anos perdeu quase todos os meios que possuía em termos de comunicação e de divulgação da arquitetura. Nesse rol de publicações extintas se inclui a revista "Acrópole", que deixou de circular após 33 anos de serviços à arquitetura no Brasil. A vida curta desses jornais e revistas, as dificuldades encontradas por outros serviram de base para a organização do **Arquiteto.** Estruturado em termos de empresa, profissionalizado, cremos ter condições, agora, de servir sempre à classe.

O lançamento do **Arquiteto** representa uma vitória do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo. É o cumprimento de mais um item de seu programa de ação. Da idéia de fazer um jornal, logo passou-se a seu planejamento. A participação do IAB/SP veio reforçá-lo, ajudou a consolidá-lo. O **Arquiteto** nasceu firmando ainda mais a união entre Sindicato e IAB, que juntos lutam pela promoção do arquiteto e da arquitetura no Brasil.

O **Arquiteto** está nas ruas, como se costuma dizer nas redações. Para nós isto é importante, apesar das falhas e erros, dos assuntos que deveríamos tratar e não tratamos, e tudo mais de que padecem os primeiros números. Com a sua ajuda, a do arquiteto do Ceará, a do arquiteto de Brasília, da Bahia, de Curitiba, enfim, de todos os arquitetos, o jornal irá melhorando, cumprindo cada vez mais o seu papel de meio de comunicação entre arquitetos.

O **Arquiteto** é um jornal aberto à colaboração de todos. Não pretende ser um jornal de cátedra ou apenas de artigos brilhantes: a meta é fazer-se o porta-voz de todos os arquitetos, abordando os problemas de cada um, em benefício de toda a classe.

Neste primeiro número, não poderíamos deixar de falar dessa gente que ajudou a criar o **Arquiteto** — a começar por Alfredo Paesani, presidente do Sindicato, que soube transmitir a todos sua vibração pelo jornal. É preciso destacar o trabalho de coordenação de Sérgio Teperman, e o de Haron Cohen, que montou a comissão de imprensa do IAB. Da Helene Afanasieff, da Maria Helena Flynn, da Cecilinha Scharlack, da Ana Maria Dente, da Marlene Yurgel, da Gizelda Visconti, do Teru Tamaki, do Álvaro Caldeira, do Ubyrajara e de todo mundo que ajudou a fazer o jornal. E destaque especial para Vivaldo Tsukumo, que cuidou da programação gráfica e visual do **Arquiteto.** E para Fábio Penteado, que aceitou reassumir suas funções de jornalista, ficando com os encargos de diretor responsável. **O Editor.**

Varna, sede do Mundial

O IAB nacional está coordenando a elaboração de teses para o XI Congresso Mundial dos Arquitetos, que será realizado em setembro na capital da Bulgária. Os preparativos deste encontro estão na página 9.

As eleições na Guanabara

O resultado das eleições para o Sindicato dos Arquitetos no Estado da Guanabara, o lançamento do livro de Corona e Lemos, a solução dos problemas jurídicos e contábeis de sua empresa e muitas outras informações estão nas páginas 16 e 17.

O encontro do Recife

Veja na página 16 o que os estudantes discutiram no encontro regional de arquitetura em São José dos Campos e o que preparam para o II Encontro Nacional de Escolas de Arquitetura, no Recife.

A história dos sindicatos de arquitetos

Como surgiram os sindicatos de arquitetos no Brasil? Quais as relações entre os sindicatos e o Instituto de Arquitetos? Quais as próximas metas dos arquitetos brasileiros? Página 4.

Os resultados do Pan-Americano

"Vivemos uma fase de crescente desenvolvimento e por isso precisamos do concurso e do trabalho dos arquitetos, de seus projetos e de soluções urbanísticas que manterão o homem incólume à poluição ou à deterioração urbana. O ritmo de desenvolvimento não pode ser reduzido. Mas, também, o homem não pode sucumbir vítima do que ele próprio constrói. É na arquitetura que ele encontrará o dimensionamento correto para a amenização dessas inconveniências e das contaminações conseqüentes que, hoje, tanto preocupam a humanidade." Palavras do Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Rademaker, na abertura do XIV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, em São Paulo. O arquiteto Ubyrajara Giglioli analisa, nas páginas 6 e 7, os resultados do encontro, encerrado em Assunção, no Paraguai.

Uma seção para falar e dizer

"Cartas" é uma seção importante do **Arquiteto.** Para este primeiro número selecionamos algumas das cartas enviadas ao Sindicato. No próximo número, esperamos a sua carta, com opiniões sobre o jornal, sobre as matérias publicadas, problemas profissionais ou de arquitetura. "Cartas", na página 19, é uma coluna à espera de sua colaboração.

ESSE MUNDO É UMA SELVA.

Quando o rinoceronte da Duratex saiu pelo mundo, não sabia que ia se tornar uma figura muito popular. Nem Jundiaí imaginava que Duratex e os painéis Duraplac iriam revestir muitos países no exterior. Nem que isso traria milhões de dólares para o Brasil. O rinoceronte também não poderia imaginar que estava desenvolvendo uma técnica que seria considerada de padrão internacional na produção de chapas. Quando o rinoceronte da Duratex começou a sair de Jundiaí, ele não sabia que um dia teria uma selva de 8,1 milhões de pés de eucaliptos para se divertir. O rinoceronte da Duratex saiu para conquistar um lugar ao sol. Ele está andando pelo mundo inteiro, vendendo suas chapas. Se alguém vir um rinoceronte andando por aí, conte tudo isso para ele, em nome da Duratex, da Duraplac e de Jundiaí. Talvez, emocionado, ele chore de alegria. Lágrimas de rinoceronte.

DURATEX S.A.
Rua Boa Vista, 176 - 7.° andar
Cx. Postal 7611 - São Paulo - Brasil

DPZ

O arquiteto Fábio Penteado, membro da UIA, depois de quase dez anos reassume as funções de jornalista e escreve sobre Artigas.

Este prêmio merece mais que um abraço

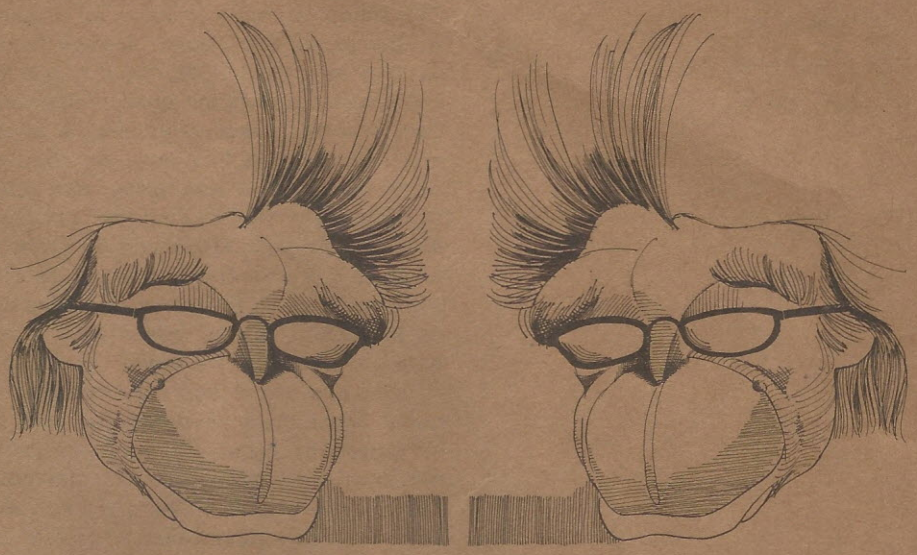
Os arquitetos que se dedicam ao ensino da arquitetura no Brasil foram premiados. A arquitetura brasileira foi premiada. João Batista Villanova Artigas ganhou o Prêmio Jean Tschumi de 1972, atribuído por um júri internacional coordenado pelo presidente honorário da UIA, Pierre Vago. Faziam parte da comissão julgadora o italiano Giulio Argan, a francesa Françoise Choay, o inglês Theo Crosby, o alemão R. von Steinbuchel-Reinwald e Michel Weill, secretário-geral da UIA.

O Prêmio Jean Tschumi é atribuído, a cada três anos, a uma personalidade que tenha contribuído em grau de relevância excepcional ao desenvolvimento da Pesquisa Teórica e do Ensino da Arquitetura. O nome de Artigas foi proposto pelo Conselho Superior do IAB — uma das 82 seções nacionais que compõem a UIA — e o júri reunido em Paris, nos dias 29 e 30 de maio, após analisar todos os nomes propostos, assim se manifestou:

"O Prêmio Jean Tschumi é conferido ao arquiteto brasileiro João Batista Villanova Artigas, cujo trabalho e dedicação ao ensino, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, nos últimos trinta anos, contribuíram de maneira determinante para a formação e o desenvolvimento das mais recentes gerações de arquitetos brasileiros.

"O trabalho persistente de Artigas, no domínio da crítica e da pesquisa, nos campos do urbanismo e da arquitetura, sua luta corajosa para criar no meio cultural de seu país as condições favoráveis para o sucesso de idéias e formas novas, ao mesmo tempo que sua temática de trabalho, ligada ao ensino, representam um dos fatores mais importantes para a notável contribuição brasileira no desenvolvimento da arquitetura contemporânea na América Latina."

O Prêmio Jean Tschumi, que o arquiteto paulista Villanova Artigas trouxe agora para o Brasil, amplia consideravelmente o prestígio da arquitetura brasileira e abre novas e importantes perspectivas para a divulgação da nossa cultura em todo o mundo. Se a arquitetura nacional já era tão conhecida pelos projetos pioneiros de nossos arquitetos, de agora



em diante ela ganha uma afirmação consagradora, no universo da cultura, através de suas experimentações reconhecidas nos campos da Pesquisa Teórica e do Ensino.

Vale lembrar que os problemas ligados ao ensino da arquitetura preocupam, cada vez mais, não só os governos da maioria dos países, mas interessam diretamente às entidades internacionais, como a ONU, a Unesco e a OMS — Organização Mundial da Saúde.

Problemas vitais, como o crescimento demográfico e os fenômenos da urbanização explosiva, as necessidades da preservação da natureza e a luta pelo equilíbrio das forças do avanço tecnológico com os ideais da vida humana, tudo isso implica uma obrigatória renovação de processos na arte de projetar e na técnica de construir. Ao abordar os problemas de Urbanismo e de Arquitetura, a Unesco os coloca como uma de suas metas prioritárias e afirma a necessidade do incentivo à pesquisa, dirigida principalmente para a melhor formação dos novos quadros profissionais de arquitetos.

Em julho de 1970, a Unesco realizava em Zurique a I Reunião Mundial para o Ensino da Arquitetura, da qual participaram cerca de duas dezenas de técnicos renomados, de todas as regiões do mundo, especialmente convidados.

A América Latina esteve representada pelo nosso Villanova Artigas, juntamente com o Professor Torres Martínez, diretor da Escola Nacional de Arquitetura do México. A reunião surpreendeu, principalmente pelos aspectos discordantes ali postos em discussão, e ficou bem clara a profunda necessidade de atualização dos processos básicos para o ensino da arquitetura a serem dirigidos principalmente para os países das regiões em vias de desenvolvimento.

As colocações de Artigas influenciaram decididamente muitas das conclusões da reunião de Zurique e surpreenderam aos observadores europeus que desconheciam, quase por completo, muitos dos avanços brasileiros no campo da pesquisa ligada ao ensino da arquitetura.

Desprovidos atualmente de quaisquer meios de comunicação, os arquitetos brasileiros vivem quase isolados e impossibilitados de transmitir os avanços que aqui realizamos.

A experiência de Artigas em Zurique foi uma prova contundente desse fato e não temos dúvida de que a repercussão daquela reunião enobreceu sobremaneira a cultura brasileira perante o Organismo Mundial da Cultura e a própria UIA como entidade de assessoria permanente da Unesco. Ao entregar o Prêmio Jean Tschumi ao arquiteto Villanova Artigas, não deixou certamente de prestar uma homenagem ao conjunto dos arquitetos brasileiros que ainda hoje, nas escolas de Arquitetura, prosseguem na nobre e dura tarefa de ensinar.

ARQUITETO

Ano I número 1
julho 1972

ARQUITETO propriedade do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo e Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo.
Editado por **SCHEMA EDITORA LTDA.**

SAESP
Presidente: Alfredo Paesani; **Vice-Presidente:** Geraldo Vespasiano Puntoni; **Secretário:** Helene Afanasieff; **Tesoureiros:** Roberto Loeb e Gregorio Zolko; **Diretor:** Edith Gonçalves de Oliveira.

Conselho Fiscal: Eduardo Kneese de Mello, Pedro Paulo de Melo Saraiva, Abelardo Gomes de Abreu.

IAB/SP

Presidente: Paulo A. Mendes da Rocha; **Vice-Presidentes:** Francisco Petracco, Hélio Pasta, Abrahão Velvu Sanovicz; **Secretário-Geral:** Edgar Gonçalves Dente; **Secretários:** João de Deus Cardoso, Lucio Gomes Machado; **Tesoureiros:** Sami Bussab, Eduardo de Castro Mello; **Diretores:** Massachi Ruy Ohtake, Kalil Dabdab Neto, Guilherme Ribeiro de Almeida, Haron Cohen, Bona de Villa, César Bergstrom Lourenço; **Conselho Fiscal:** Plinio Crocce, Ludovico Antonio Martino, João Eduardo de Gennaro; **Representantes no Conselho Superior:** Oswaldo Corrêa Gonçalves, Maria Giselda Cardoso Visconti, Pedro Paulo de Melo Saraiva, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, Marlene Yurgel.

ARQUITETO

Diretor responsável: Fábio Penteado; **Editor:** Vicente Wissenbach; **Publicidade:** Romeu Onaga (diretor), Rubens Silveira da Motta Gugliotti, José Xavier de Lima; **Coordenador:** Sérgio Teperman; **Comissão Imprensa IAB:** Haron Cohen (coordenador); **Editor gráfico:** Vivaldo Tsukumo; **Editor assistente:** Teru Tamaki; **Redação:** Carlos Alberto Barbosa, Gilney Rampazzo, José Roberto da Silva, Lucita Caldeira, Luiz Carlos Cardoso (revisão); **Colaboradores:** Arquitetos Álvaro Caldeira, Ana Maria Dente, Helene Afanasieff, Maria Helena Flynn, Maria Cecília Scharlack, Ubyrajara Giglioli; **Fotografia:** Fotógrafos Associados; **Ilustrações:** Francisco Caruso; **Produção:** Schema Editora Ltda.; **Composição:** Linotipadora Godoy Ltda.; **Fotolito:** Lastri; **Impressão:** Companhia Lithographica Ypiranga. Tiragem 8 mil exemplares.
ARQUITETO é editado por Schema Editora Ltda. Redação, Administração e Publicidade: Rua Bento Freitas, 306, 4.º andar, telefones 36 4264, 36 2436. São Paulo. Distribuição dirigida a Arquitetos em todo o Brasil.

O jornalista Carlos Alberto Barbosa fala da história e do programa do Sindicato dos Arquitetos.

A hora e a vez da Federação dos Arquitetos

Até pouco tempo, a imagem do arquiteto era a de um artista, descomprometido com o desenvolvimento nacional; hoje, setores importantes de decisão já o conceituaram como um profissional necessário, sem muita consciência sobre sua real contribuição. Para resolver esses problemas e atuar na defesa do profissional, seja individual ou coletivamente, é que estão nascendo os sindicatos dos arquitetos, nos principais Estados brasileiros. O primeiro a ser fundado foi em São Paulo, após o desmembramento da profissão pelo Ministério do Trabalho. Até 1966 ela era englobada à dos engenheiros e agrônomos. Alfredo Paesani, presidente do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, explica que a idéia é velha: "Os primeiros movimentos para a criação de um órgão de classe datam de 1955 e 1956. Não há maiores dados para precisar qual foi a origem ou quem começou a se preocupar com o assunto. O certo é que os arquitetos baianos e paulistas daquela época pensaram na fundação de um sindicato". Além das dificuldades naturais enfrentadas, ainda havia outra: antes da constituição dos sindicatos, eles deveriam ser precedidos, conforme exigência legal, das Associações Profissionais, e estas também não haviam sido formadas.

O Congresso Nacional dos Arquitetos, realizado em 1966, em Salvador, estabeleceu os primeiros planos objetivos para a instalação desses órgãos de classe. No ano seguinte, em Belo Horizonte, o congresso ratificou as suas resoluções: "que todos os departamentos do IAB deveriam criar sindicatos locais". Era o primeiro passo e uma decisão importante do encontro, fruto dos debates acalorados e de toda uma movimentação nacional para a criação dos órgãos representativos.

Em 1966 foi promulgada a Lei n.º 5.194, que regulamentou a profissão do arquiteto, do engenheiro e do agrônomo. Em 19 de maio de 1967, com a presença de 123 profissionais na sede do IAB, departamento de São Paulo, foi criada a Associação Profissional dos Arquitetos, tornando possível teoricamente a constituição do Sindicato, cabendo ao arquiteto Ícaro de Castro Mello materializar a sua implantação.

"A mesma intuição que caracteriza a atividade criadora, artística e intelectual do arquiteto, e que antecede o detalhamento do fato, levou-os, sem mesmo conhecerem todas as suas implicações, a criar o seu Sindicato", explica Paesani. Para ele a necessidade era patente, pois a profissão enfrentou, no período de 1960 a 1963, uma revisão da regulamentação profissional, quando então ficou evidenciada a falta de órgão de defesa do arquiteto.

Com o desenvolvimento de todos esses fatores, o importante agora é a fundação da Federação Nacional dos Arquitetos. Para alcançar esse objetivo, estão sendo instalados sindicatos em Pernambuco, Minas Gerais e Paraná; o da Guanabara e o da Bahia já estão em funcionamento, enquanto que o do Rio Grande do Sul está em fase de implantação. A colaboração do IAB, tanto ontem como hoje, em todos os Estados, é imprescindível para que isto aconteça.

O nosso Sindicato

Alfredo Paesani explica que "cabe agora, ao implantar o Sindicato no Estado de São Paulo, analisarmos qual a contribuição que ele virá a dar. É uma nova linguagem. Nós, os arquitetos, não estamos acostumados a essa nova linguagem, ao relacionamento com as entidades de previdência social, Delegacia Regional do Trabalho, defesa dos contratos, defesa dos salários. Não conhecemos, ainda, toda essa estrutura e passamos então a estabelecer os critérios que norteiam o primeiro programa de um sindicato".

Instalado nas dependências do IAB paulista, cedido pela diretoria daquele órgão, o Sindicato dos Arquitetos alcança os seus objetivos iniciais e já possui 1.007 associados, de um potencial de 2 mil profissionais no Estado de São Paulo. A campanha de sindicalização é ininterrupta e os interessados podem procurar informações no local.

Formaram-se no Brasil 1.752 arquitetos nos últimos cinco anos. "A contribuição do contingente paulista nesse mesmo período foi de 535 arquitetos", diz Alfredo Paesani. É evidente que o fenômeno existe em função da criação de novas escolas de arquitetura. Dentro desse quadro, vamos passar, no próximo período de cinco anos, para mais 3 mil profissionais no Estado.

Com o aumento do número de associados e o conseqüente acréscimo da arrecadação, o Sindicato poderá oferecer outros serviços. A atual diretoria é responsável pela parte mais difícil de uma gestão — a implantação. O resto virá com o próprio desenvolvimento da vida sindical.

IAB e Sindicato unidos

"A criação de sindicatos de arquitetos", prossegue Paesani, "resultou de uma política de valorização profissional adotada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, em suas esferas nacional e regional. Não se tratou, portanto, de uma iniciativa isolada para substituir nosso tradicional órgão de classe por uma entidade paralela ou conflitante em suas atribuições. Essa iniciativa é produto da consciência estabelecida, através de estudos e debates, sobre o problema profissional, de que se fazia necessária a organização de um órgão capaz de atuar na área sindical."

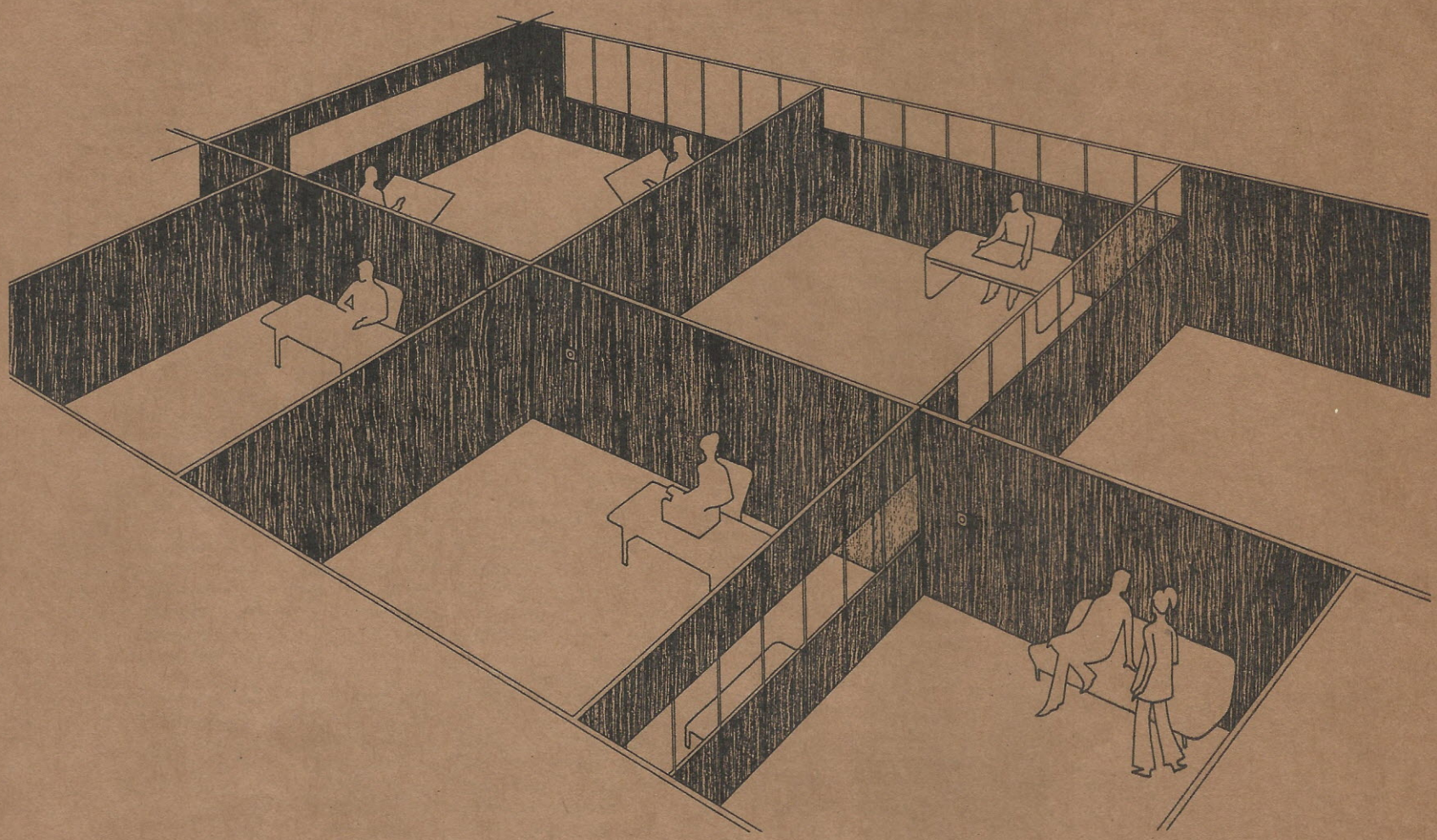
"O IAB tem desenvolvido, de acordo com suas atribuições, uma atividade constante em favor da arquitetura brasileira, representando-a em órgãos técnicos e culturais, promovendo congressos, concursos e outras medidas que contribuam para o reconhecimento definitivo do arquiteto em nosso país."

O programa da atual diretoria tem como princípio a continuidade necessária à implantação e consolidação do Sindicato, fixando como metas prioritárias e definidas: prosseguir na tarefa de organização administrativa e técnica, no desenvolvimento das atividades de assistência jurídica e de orientação aos profissionais na aplicação da legislação técnica em vigor; promover a ampliação do quadro social, no sentido de tornar maior a representatividade sindical; atuar junto aos Poderes Públicos e aos órgãos de regulamentação profissional, a fim de promover a valorização e defesa da profissão nos vários ramos de suas atividades.

Somente assim será possível uma avaliação real do mercado de trabalho, hoje ampliado com obras de vulto nos setores governamentais, as quais exigem a presença do arquiteto. Com isso teremos um estabelecimento adequado para a valorização profissional.

Concluindo, Alfredo Paesani convida todos os arquitetos a participarem do Sindicato. "Não somente por força da lei, mas sobretudo porque é necessário para o estabelecimento de uma consciência profissional indispensável à solução dos problemas da classe."

Com Divilux você divide, multiplica, diminui, soma.



Divilux divide ambientes, multiplicando o espaço. Multiplica a eficiência do pessoal do escritório, diminuindo as distrações e o barulho. E diminui o barulho porque os painéis Divilux são feitos com Eucaplac Durotermic, chapa de fibra de madeira tratada, que funciona como isolante termo-acústico. Diminui, também, os custos: Divilux é produzida em escala industrial. E soma vantagens: é fácil de instalar. V. faz as modificações que quiser. É atraente: tem diversos padrões de madeira e côres. E para dividir, multiplicar, diminuir e somar com Divilux, v. só precisa fazer uma operação: fale com o Departamento Divilux da Eucatex.

SE VOCÊ QUISER SABER MAIS SÔBRE DIVILUX, DEVOLVA ÊSTE CUPOM PARA O ESCRITÓRIO DA EUCATEX MAIS PRÓXIMO.

Nome: .....

Profissão: .....

Endereço: .....

.....

Paredes Divisórias

DIVILUX

Um produto da

eucatex s.a.

SÃO PAULO:
Av. Francisco Matarazzo, 584/612
Tel: PABX 51-9181 - Cx. P. 1683

RIO DE JANEIRO:
Rua 7 de Setembro, 124 - 7.º andar
Tels.: 221-0589/0590 - 224-8679

BRASÍLIA:
Ed. "Arnaldo Dumont Villares"
Quadra 17 - Lote 17 S.C.S.
Conj. 221 - Tel.: 24-5763

CURITIBA:
Av. Getúlio Vargas, 915 - Tel.: 24-9247

PÔRTO ALEGRE: Ed. "Annes Dias" - Rua Prof. Annes Dias, 154
Conj. 1701 - Tels.: 24-2145 e 24-0571

SALVADOR:
Ed. "Cervantes" - Av. Estados Unidos, 1 - sala 515 - Tel.: 2-3181

RECIFE:
Rua Visconde de Goiana, 276
Boa Vista - Tel.: 21-3633

BELO HORIZONTE:
Av. Amazonas, 311 - salas 802-803
Tel.: 22-5170

As lições de um congresso criticado

Aos colegas paraguaios a nossa homenagem.

Os arquitetos brasileiros têm posição firmada e clareza sobre sua participação efetiva a respeito do processo de desenvolvimento de nosso país, que segue inexoravelmente para sua emancipação econômica e social.

Os arquitetos de toda a América têm o mesmo projeto para com os povos de suas pátrias. É com este espírito que entendemos o problema da deterioração urbana.

O desenvolvimento da sociedade, com o surgimento das novas técnicas, criou para o homem problemas de tal magnitude, que o contradizem em seus anseios mais profundos.

Neste processo, a cidade está representando a melhor forma de "habitat" do homem, pois que nela se concentram os seus maiores esforços e suas manifestações de cultura. A técnica que ocasiona a poluição do meio ambiente, em todos os seus aspectos: a deterioração urbana, a poluição sonora, a poluição visual, a poluição acústica e térmica, é a mesma técnica que liquidará estes problemas quando a sociedade fizer este projeto para si mesma.

Vemos a explosão demográfica no Terceiro Mundo e a urbanização desordenada das cidades com a preocupação de disciplinar seu crescimento, porém como fenômeno natural do nosso estágio de desenvolvimento.

Acreditamos seja meta prioritária de nossos países em vias de desenvolvimento a aceleração deste processo, onde a deterioração urbana em todas as suas conseqüências deva ser considerada enquanto não possa levar à sustação ou diminuição daquele desenvolvimento.

Esta tese está sendo defendida neste instante pelos países do Terceiro Mundo na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, atualmente em curso em Estocolmo.

A miríade de problemas que em cada país da América se apresenta não impede que o projeto de nossos povos seja o mesmo, isto é, a proposta do desenvolvimento humano em toda a sua plenitude. A determinação de seus próprios caminhos é prerrogativa de cada povo.

O arquiteto, enquanto membro da sociedade, deve participar em todos os níveis de decisão deste projeto.

O Congresso da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos, levando a cada país o fortalecimento de nossas teses, estará contribuindo decisivamente, numa ação conjunta, para a libertação da potencialidade de nossos povos.

Esta é a mensagem dos arquitetos brasileiros que trazemos aos arquitetos participantes do XIV Congresso Pan-Americano de Arquitetos."

Estava, portanto, colocada a necessidade de discussão da Carta de Assunção. Após longo debate em plenário, foi criada uma comissão especial para tal fim integrada pelos presidentes das várias delegações e pelos presidentes das quatro comissões. A comissão especial reuniu-se após o encerramento previsto para o Congresso, com a incumbência de discutir e aprovar a Carta de Assunção, ajustada a nova redação. No entanto, frente às dúvidas levantadas e a partir da ação conjunta, entre outros, dos representantes do Brasil, Colômbia, México, Venezuela, a delegação paraguaia retirou a Carta de Assunção, passando a ter essa denominação o conjunto das conclusões das quatro comissões anteriores.

Abertura

Estava encerrado o XIV Congresso Pan-Americano de Arquitetos. Mas não a discussão de todos esses problemas que apenas agora se inicia.

Para nós brasileiros, ficou uma lição e um caminho. Ficou claro que a tese brasileira, se apresentada no início e por meio das comissões do plenário, teria norteado o trabalho dessas comissões e, possivelmente, agora teríamos realmente uma Carta de Assunção a partir de outras premissas. O que demonstra ser necessário participar de todo e qualquer movimento onde possamos levar nossa voz, nossas reivindicações, nossa capacidade de trabalho como instrumento útil no processo de desenvolvimento e libertação das potencialidades de nossos povos.

Vimos, também, que o pequeno Paraguai, independente de suas teses, se agigantou na organização desse Congresso, mostrando o quanto nós, arquitetos pan-americanos, poderemos fazer em um futuro próximo a partir de nossa unidade. Os arquitetos do Chile e do Peru que enviaram delegações reduzidas deverão estar presentes com mais força no próximo congresso. É necessário, também, ouvir os arquitetos canadenses e os arquitetos cubanos. A Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos, como expressão e reflexo do pensamento e da ação dos arquitetos do continente, só terá sentido quando todos estiverem presentes, discutindo suas teses, relatando suas experiências, sua teoria e sua prática.

Esperamos seja uma realidade em 1974. No México. Ou antes, o diálogo está aberto.

Menções

O arquiteto Eduardo Kneese de Mello, aplaudido por centenas dos presentes, recebeu, ao final do XIV Congresso, o título de membro honorário da Federação Argentina de Arquitetos. Eduardo Kneese de Mello foi o responsável pela organização do XIV Congresso em São Paulo, onde exerceu a sua presidência. A Federação Argentina outorgou ainda mais dois títulos de membro honorário: um a Raphael Norma, presidente da Federação Pan-Americana de Arquitetos, e outro a Carlos M. Lopez Urbieta, presidente da Associação Paraguaia de Arquitetos e do XIV Congresso em sua parte de Assunção.

O Instituto de Arquitetos do Brasil, por sua vez, considerando os arquitetos que mais se destacaram no XIV Congresso, fez a entrega do título de membro honorário aos arquitetos Juián Ferris, da Venezuela, e ao arquiteto René Caballero Madrid, da Colômbia. O IAB entregou ainda o título de membro honorário ao arquiteto paraguaio Carlos Peyrat, secretário-geral do XIV Congresso, em uma homenagem ao magnífico trabalho realizado em sua organização pelos arquitetos e pelos estudantes paraguaios.

O redator Gilney Rampazzo escreve sobre o encontro de Curitiba, depois de muito conversar com o arquiteto Jorge Wilheim.

Arquitetos de todo o mundo discutiram lazer em Curitiba

Lazer e Urbanismo foi o tema do encontro que o Grupo de Urbanismo da União Internacional de Arquitetos teve em Curitiba, de 16 a 20 de maio.
O objetivo da reunião foi preparar o relatório final do Grupo para o Congresso da UIA, que será realizado em Varna, na Bulgária, em setembro.
A partir de relatórios apresentados pelos integrantes do Grupo, foram debatidos quatro subtemas: Lazer e Urbanismo, Lazer e Espaços Livres, Lazer e Atividades Comerciais, Lazer e Transportes.
A reunião foi presidida pelo arquiteto brasileiro Jorge Wilheim, que também foi responsável pela programação.
Participaram os seguintes membros do Grupo:
Henri Calsat, da França, professor de urbanismo em Paris e Genebra, diretor do Departamento de Edifícios Públicos da França.
Claude Wassarfallen, da Suíça, encarregado do planejamento de Lausanne e sua região.
Luben Tonev, da Bulgária, diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de Sófia.
Cezar Lazarescu, da Romênia, autor do novo aeroporto de Bucarest, diretor da Faculdade de Arquitetura.
Tivadar Lang, da Hungria, professor e autor de planos regionais.
Ahmet Keskin, da Turquia, diretor da Secretaria de Urbanismo e consultor.
Mitri Nammar, do Líbano, professor de Urbanismo, consultor ministerial para urbanismo.
Youri Boucreev, da URSS, diretor do Instituto de Urbanismo de Moscou.
Jorge Wilheim, do Brasil, autor de diversos planos diretores, autor de "Urbanismo no subdesenvolvimento", autor do Parque Anhembi e outros edifícios públicos, atualmente consultor do Plano Metropolitano de Belo Horizonte.

Um dos relatores desse subtema foi o arquiteto Jorge Wilheim, que numa autocrítica posterior à reunião lamentava a ausência de antropólogos, sociólogos e psicólogos em trabalhos desse tipo, pois os conhecimentos desses técnicos seriam fundamentais na assessoria aos urbanistas. Na elaboração de sua tese ele contou com o auxílio, embora eventual, de alguns desses técnicos.

Na sua definição de lazer, Wilheim afirma que "é um tempo utilizado sem fins produtivos. Não tendo fins produtivos, o lazer foge às injunções dos sistemas de produção, socialmente estabelecidos. É por isso um ato de liberdade. Por ser um ato livre — ou relativamente livre — é que o lazer é tão prezado, tão necessário ao homem".

"Numa sociedade que se urbaniza, aumentando as restrições do indivíduo ao mesmo tempo que o angustia com opções aparentemente infinitas, a libertação por meio de atos gratuitos gratificadores adquire importância fundamental. Por isso, agrada-nos definir lazer como o tempo e a ação de livre procura de uma gratificação individual."

Ao se referir a urbanismo, ele diz: "A partir de conceitos pragmáticos, propomos que urbanismo, ou planejamento urbano, seja conceituado como um processo contínuo destinado a obter mudanças, ao mesmo tempo de ordem física, econômica e psicossocial, dentro do quadro de um aglomerado urbano e de sua região de polarização; este processo se caracteriza como uma estratégia cujo objetivo é o desenvolvimento, implicando este termo em crescimento, assim como em melhoria da qualidade de vida".

Wilheim destacou em sua tese que "a necessidade de encontrar meios de quantificar e processar categorias aparentemente subjetivas, como qualidade de vida, oferece-nos a oportunidade para uma inovação metodológica em urbanismo. Trata-se de descobrir o meio sistemático de obter, em planejamento, a participação dos usuários da cidade na determinação da qualidade e características do quadro ambiental que eles prezariam".

O arquiteto romeno Cezar Lazarescu divide o lazer em três categorias: o lazer cotidiano, o de fim de semana e o de férias. Dentro do primeiro item, ele defende a necessidade da globalização do lazer na cidade e refuta a validade da criação de áreas especiais de recreação. No segundo item, Lazarescu apela para a tendência do homem em reencontrar a natureza e sugere espaços próximos às cidades onde os meios e recursos à disposição dele fossem exatamente o inverso do dia-a-dia na cidade: o contato com a natureza do modo mais direto possível. No terceiro item ele destaca a necessidade de repouso e divertimento, funções que se definem pela mudança de tempo e espaço. "Deve-se lembrar que toda a vida das férias deveria ser um jogo contínuo que assegurasse a possibilidade de uma vida interior ao mesmo tempo que uma vida ativa de contatos sociais, num quadro que tenha também um caráter lúdico."

O relatório do tcheco Dusan Kedro se prendeu mais à classificação dos espaços verdes. Ele divide esses espaços em três categorias:
o meio natural; o meio urbano;
o meio natural-artificial/misto.

As funções recreativas do primeiro tópico, o meio natural, foram classificadas pelo tcheco em relação a vários fatores: o clima, que determina os lazeres de estação (inverno, verão); o tempo, influenciando os de pequena duração, como os lazeres quotidianos, os de fim de semana, que duram de um a dois dias; e os de longa duração, com mais de dois dias. É levado em consideração, ainda, o fator geográfico, que define o tipo de zona como tropical, ártica, continental, litorânea, etc.

Dentro dessa classificação, ele defende a tese de que a funcionalidade dos lazeres depende essencialmente da divisão tipológica das regiões. Kedro vê quatro tipos fundamentais: o plano, que possibilita os esportes aquáticos no verão ou esportes de inverno, como patinação e esqui; as regiões ao pé de montanha; as regiões montanhosas; as regiões de altas montanhas.

No segundo tópico, o meio urbano, Kedro divide os espaços em públicos, como as praças e jardins, e privados: jardins, quintais, pomares. Os espaços públicos implicam fatores demográficos e sociológicos, por serem utilizados, ao mesmo tempo, por indivíduos de diferentes grupos de idade, de situação social, de profissão.

No terceiro item, o meio natural-artificial, o problema é apresentado por Kedro como tendo pontos de vista bastante análogos, mas os caracteriza como as plantações, as culturas agrícolas, os parques artificiais.

O valor recreativo dos espaços verdes é dividido em funções psicológicas, bioclimatológicas, econômicas e sanitárias/educativas.

Apesar de todas as classificações de espaço verde apresentadas por Dusan Kedro, o arquiteto Jorge Wilheim caracteriza o problema nos centros urbanos mais como uma questão de espaço livre do que verde propriamente dito e aponta a importância dos planejamentos urbanos nesse sentido.

A tese apresentada pelo americano Charles Du Bose coloca o comércio e o lazer como duas atividades dinâmicas que disputam a atenção dos homens. O comércio é visto como a atividade "que compreende todas as formas e esforço produtivo que são diretamente necessários à vida", enquanto o lazer "compreende as outras atividades às quais o homem pode se dedicar com maior liberdade de escolha". Assim, para Du Bose, o "lazer significa não somente o tempo livre mas também toda sorte de distrações, divertimentos, educação e atividades criativas." Du Bose desenvolve seu raciocínio no sentido de provar que as atividades comerciais podem também se constituir em atividades de lazer, intenção que Wilheim chamou de confusa.

A discussão feita a partir da tese do turco Ahmet Keskin levou à conclusão de que esse problema deve ser tratado de forma diferente nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento, pois as necessidades de um são completamente diferentes das necessidades de outro. Porém, os países em desenvolvimento podem se aproveitar das experiências onde os transportes já atingiram grau maior de evolução e evitar erros cometidos pelos desenvolvidos.

O arquiteto e jornalista Teru Tamaki conta o que será o Congresso de Varna e o que os brasileiros estão preparando.

Búlgaros esperam 5 mil para congresso mundial

Varna, na Bulgária, está se preparando para receber, de 25 a 30 de setembro, 5 mil arquitetos, de mais de cinqüenta países, entre os quais quatrocentos brasileiros, de vários Estados. Eles estarão reunidos no XI Congresso Mundial da União Internacional de Arquitetos, para debater o tema "Arquitetura e Lazer".

Os búlgaros estão realizando um esforço para que esse encontro tenha o mesmo sucesso dos anteriores, que a UIA promove há 25 anos. O primeiro congresso mundial de arquitetos teve como sede a cidade de Lauzanne, na Suíça. Depois vieram Rabat, Lisboa, Haia, Moscou, Londres, Havana, Paris, Praga e Buenos Aires.

No Brasil, como em todos os países participantes, estão sendo elaboradas teses, levantadas informações, realizados estudos para serem apresentados e discutidos no encontro, não apenas pelas delegações de arquitetos mas também por inúmeras personalidades interessadas na busca de soluções para os problemas do lazer.

Além disso, durante o Congresso haverá reuniões dos sete grupos de trabalho da UIA. Os brasileiros estão representados nesses grupos de estudo pelos arquitetos Jorge Wilheim (Urbanismo), Ícaro de Castro Mello (Esporte e Lazer), Giselda Visconti (Saúde Pública), Alípio Castelo Branco (Edifícios Escolares), Paulo A. Mendes da Rocha (Habitat), Miguel Pereira (Industrialização da Construção) e Sabino Barroso (Ambiente e Trabalho).

Os arquitetos que ainda não se inscreveram para participar do Congresso, podem fazê-lo até o dia 1.º de agosto, fixado pela UIA como data limite. A secretaria do IAB está fornecendo aos interessados todas as informações sobre inscrições, reservas de passagens, estada e financiamento para a viagem. Varna dispõe de um bom equipamento hoteleiro e de um centro de convenções equipado para atender às necessidades de grandes encontros, como será o XI Congresso Mundial de Arquitetos.

Durante o encontro serão realizados vários concursos de arquitetura, exposições e um festival de filmes relacionados aos temas "Arquitetura e Lazer na Época Atual e no Futuro", "Arquitetura, Seus Problemas e Seus Criadores", e "Monumentos da Arquitetura".

As exposições

Entre as exposições que serão montadas no Palácio da Cultura e dos Esportes destacam-se a de arquitetura e a dos livros e revistas de arquitetura. Para a primeira, já anunciaram sua participação dezessete países: Brasil, Bulgária, Chile, Espanha, França, Inglaterra, Hungria, Itália, Polônia, Coréia, República Democrática Alemã, República Federal da Alemanha, Romênia, República Popular Democrática do Vietnam, Suíça, Tchecoslováquia e URSS.

O número especial sobre Brasília da revista "Acrópole", por indicação dos arquitetos brasileiros, será exibido na exposição de livros e revistas, concorrendo ao prêmio — a ser concedido pela primeira vez — pela publicação de melhor material referente ao tema do congresso, "Arquitetura e Lazer", durante os últimos dois anos.

Para estudantes

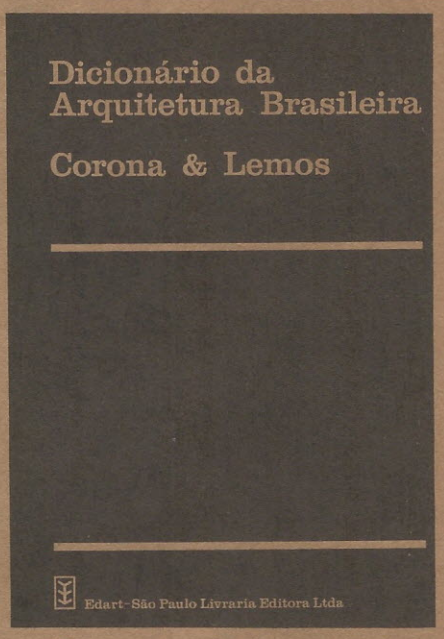
"O Lazer Coletivo para uma Comunidade de 5 a 10 mil Habitantes" é o tema do concurso instituído especialmente para estudantes de arquitetura. Mais de cinqüenta escolas de todo o mundo já se inscreveram, das quais sete brasileiras: as faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie, de São José dos Campos, de Santos, de Mogi das Cruzes; o Departamento de Artes e Arquitetura da Universidade Católica de Goiás, a Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí e a Faculdade de Artes e Arquitetura da Universidade de Brasília. Mais escolas poderão inscrever-se. Os projetos devem estar em Varna até o dia 1.º de agosto e os prêmios oferecidos são os seguintes:
Prêmio Unesco — 3 mil dólares; **Prêmio Varna** — estágio de especialização de seis meses, em 1973/74; **Prêmio SADG** — oferecido pela França, 5 mil francos e possibilidade de estágio em Paris, pelo período de seis meses a um ano; **Prêmio Seção Espanhola da UIA** — 1.500 dólares e estágio numa escola superior de arquitetura; o Japão oferecerá um prêmio de 400 dólares.

O arquiteto gaúcho Carlos Maximiliano Fayet fará parte do júri de premiação, como representante brasileiro.

Informações da UIA

Para quem está interessado em esticar sua permanência na Europa, a Balkantouriste, agência de turismo, preparou vários roteiros, para períodos que vão de dois a dez dias. Enquanto isso, a UIA estará promovendo duas reuniões de grupos de trabalho: em Munique, de 9 a 13 de outubro, será realizado um seminário do grupo de Esportes e Lazer. E, em Praga, o grupo de Saúde Pública tem encontro marcado de 31 de outubro a 5 de novembro.

Antes da realização do XI Congresso Mundial dos Arquitetos, será realizada em Sófia, capital da Bulgária, a Assembléia-Geral da UIA, que também se reúne a cada três anos. O Brasil será representado nesse encontro pelos arquitetos Miguel Pereira, presidente nacional do IAB, Paulo A. Mendes da Rocha, presidente do IAB/SP, Demétrio Ribeiro, do Rio Grande do Sul, Benito Sarno, da Bahia, e Alfredo Brito, da Guanabara.



Lançamento editorial do ano

Dicionário da Arquitetura Brasileira

professores Eduardo Corona e Carlos Lemos

Uma edição de EDART Livraria e Editora

pedidos por reembolso postal à:
edart - são paulo livraria editora ltda.
r. jaguaribe, 47 - caixa postal 4108
c.p.e. 01224 - são paulo - sp
ou através de nossos representantes:

rio: alberjano torres ltda.
rua visconde de inhaúma, 109 - tel.: 223-5713

brasília: livraria eldorado de brasília
sql quadra 305 - lojas 12/13 - tel.: 42-0605

belo horizonte: fimac representações e comércio ltda.
rua da bahia, 478 - loja 11 - tel.: 26-1499

fortaleza: universal - organização distribuidora de livros
rua floriano peixoto, 917 - tel.: 21-6880

florianópolis: lunardelli representações ltda.
rua vítor meireles, 28-a - tel.: 4637

porto alegre: organização sulina de representações s.a.
rua demétrio ribeiro, 1.168 - lojas 3 a 8 - tel.: 25-4755

cuiabá e campo grande: dontel comercial ltda.
rua cândido mariano, 156 - cuiabá - mt
rua 14 de julho, 740 - sobreloja - campo grande - mt - tel.: 4-4397

salvador: distribuidora de livros salvador
travessa josé bonifácio costa, 2 - sala 512 - tel.: 3-0226

Este documento foi aprovado na reunião do Conselho Superior do IAB em janeiro de 1972. É a Plataforma do IAB para 72/73.

Contribuição dos arquitetos brasileiros para um projeto nacional

Uma das questões que mais preocupam os arquitetos dentro do IAB, na atualidade, é a de saber como desempenhar sua atuação profissional nas condições da sociedade brasileira, com suas mutações características de um país em vias de desenvolvimento.

É conhecido o papel do arquiteto em termos universais, sua responsabilidade na escolha de formas para o domínio da natureza, à qual o homem tem imposto suas regras, sua imagem, sua história.

Sabemos que esse papel vem sendo reavaliado em conseqüência de vários fatores — entre eles a revolução tecnológica e o surgimento de novos programas de nações novas que se querem desenvolvidas.

A nós cabe participar dele considerando a especificidade das condições de nosso país.

Não é a primeira vez que a questão é posta em discussão.

Na verdade, o IAB nunca se descuidou dela, a ponto de ter em sua crônica os melhores períodos de unidade de classe quando dedicados ao seu tratamento.

É sabido que cada vez é maior o número de arquitetos, como, aliás, é cada vez maior o número de profissionais de nível universitário de qualquer outra atividade. Parece, aos que têm manipulado estes números, que o mercado de trabalho não poderá absorver o total dos arquitetos lançados anualmente na vida profissional.

Em contraposição, é inegável que o número de obras e serviços necessários para equipar um país como o nosso aumenta a cada proposta de desenvolvimento, a cada tentativa de instituir novos métodos de domínio de nosso destino histórico.

Há um conflito, portanto, que nos cabe constatar, dimensionar e influir para que ele se esclareça. São freqüentes as declarações de autoridades governamentais, apontando números soberbos nos programas mínimos de obras indispensáveis.

Nós, por nosso lado, pela nossa formação, pelo conhecimento que vimos travando com a realidade de nosso país, através da prática cotidiana da profissão, temos nos habilitado para o conhecimento da grandeza desses números.

Certamente é difícil assumirmos o encargo de enfrentar esse conflito com uma solução global. Entretanto, cabe-nos um certo número de abordagens a ele, principalmente aquelas que forem decorrentes de nosso conhecimento cada vez mais pormenorizado, ou mais claro, do papel dos arquitetos nesta sociedade em mutação, suas responsabilidades, os limites de seu campo de ação, o grau de agressividade que nos cabe empenhar para que não pareçamos omissos por modéstia ou incúria. Há a necessidade de uma tomada de consciência de quais as atividades que devemos tornar conhecidas como atividades de arquitetos. A sociedade nos acompanha com o mesmo "desconhecimento" e, portanto, não solicita de nosso corpo social tanto quanto achamos que poderíamos contribuir.

Há setores importantes para o arquiteto — como o paisagismo, por exemplo, que hoje tem significado novo com o conhecimento cada vez maior da capacidade predatória da economia humana no domínio dos recursos naturais — que só têm merecido nossa consideração dentro de velhos modelos de atuação. Há estradas cujo traçado polui. As cidades e o campo são visualmente poluídos.

O turismo, que ainda não conhecemos em seu verdadeiro significado, tal a dinâmica do processo em que se exerce, desorganiza e polui. Medidas que poderiam depender de uma nova conscientização dos problemas ligados ao meio ambiente podem e devem, portanto, merecer nossa consideração e nossa prática. Ainda que possam gerar polêmicas doutrinárias em nosso meio, é indispensável que enfrentemos os temas arquitetônicos do ângulo do "design". A indústria de construção que se vem montando aos poucos, a indústria em geral, de bens de consumo e de produção, deverão contar com a nossa experiência de dar forma às coisas e de organizar o espaço.

A notável experiência do arquiteto na coordenação de projetos e obras, adquirida a duras penas, vai se impondo, porém, mais vagarosamente do que seria possível se começássemos a compreender a importância de "coordenar" num mundo onde a variedade de especializações da tecnologia como que impede outro processo de planificação que não seja o das equipes, cada vez mais diversificadas e cada vez maiores.

Coordenar, tendo em vista a obra terminada segundo um plano, um projeto, que em si já foi um processo violento de harmonizar um conjunto de vetores díspares, é uma experiência que não nos é estranha.

Se essas considerações são justas, se elas exprimem possibilidades novas de participação do arquiteto na produção social, é necessário que façamos algumas modificações no modelo de arquiteto brasileiro, despindo-o das imagens que podem fazer solitária a nossa profissão.

Contribuição dos arquitetos brasileiros para um projeto nacional

Participar de todas as maneiras que o coletivo, com a sua criatividade, for descortinando, corresponde a contribuir para a preservação e enriquecimento da cultura material e espiritual da sociedade brasileira. Fazer-se pagar e disputar corajosamente seu lugar no concerto da produção como arquiteto brasileiro é tornar concretas as formas de defesa da cultura e da técnica nacionais.

Disputar uma posição para o arquiteto, seus salários ou seus honorários, sua presença ou conselho, seus direitos autorais, não é tão-somente preencher com nossos quadros uma hipotética pletora de profissionais de formação universitária, mas assegurar objetivamente que possamos cumprir o papel que a nossa formação nos delega como atribuição específica: intervir para que as modificações da natureza, necessárias pela urgência de um desenvolvimento e possíveis pelo progresso técnico do mundo contemporâneo, sigam planos e projetos ditados com a contribuição de nossa experiência no manejo de formas e na organização do espaço. Temos uma delegação da sociedade que investiu em nossa formação para desempenhar precisamente este papel.

Destaca-se a necessidade de esclarecer nosso conceito de projeto e de construção. Tem prevalecido a idéia de que a relação entre projeto e construção se esgota em si mesma. Na realidade de um país em vias de desenvolvimento, entretanto, estimamos que projetar é um ato de soberania. Todo projeto é parte de um projeto maior que poderíamos chamar de projeto nacional de desenvolvimento.

Nossa entrada nesse regime deve ser consciente, com posições claramente assumidas, de quem quer contribuir e por isso compreender, para melhor realizar, qual o significado de cada plano do conjunto dos planos de desenvolvimento.

A mudança que foi feita na regulamentação profissional há alguns anos, e para a qual os arquitetos tiveram um papel tão destacado, quis exatamente abandonar antigas posições, firmadas na década de 30, segundo as quais o projeto se submetia à construção; desaparecia dentro da saúde econômica das firmas construtoras sem manifestar-se como expressão que é da vontade social programada, da vontade de crescer e modificar-se que caracteriza as sociedades dos países em vias de desenvolvimento.

Dentro deste conceito cabe-nos participar com a certeza do significado de cada plano, de cada obra, de cada intervenção.

Para levar à prática alguns resultados desta análise é necessário, acima de tudo, que os arquitetos estejam unidos dentro do IAB, transmitindo suas experiências e discutindo meios e modos de se colocarem à altura do momento histórico que vivemos.

Esta discussão poderá nortear-se pelo seguinte encaminhamento:

1. Como contribuir para o projeto nacional de desenvolvimento, esboçado na consciência do povo brasileiro, dando-lhe o conteúdo humanístico indispensável. Quais são os mais variados aspectos deste projeto nacional em que os arquitetos podem e devem interferir, participar e contribuir.

2. Qual a compreensão, a formação ou a educação que falta ao arquiteto para contribuir mais intensamente no processo, desde os planos de ensino universitário, o que seria a conclusão mais imediata ou mesmo "óbvia" do item, mas principalmente a educação ou reeducação dos quadros hoje comprometidos com a prática profissional.

3. Quais as medidas práticas no nível profissional que permitirão aos arquitetos penetrar mais profundamente nos setores de decisão (realizar reuniões, conferências, palestras e exposições onde os colegas que estejam desempenhando missões de maior responsabilidade possam comunicar-se com o corpo social do IAB).

4. Quais as medidas mínimas a serem tomadas nas regiões para facilitar o acesso dos arquitetos ao mercado de trabalho.

5. Quais as formas de organização para a atividade privada, para os escritórios de arquitetura que nos parecem as mais convenientes. Que tipo de empresa melhor nos organiza.

6. Quais as medidas para sindicalizar mais rapidamente os arquitetos.

Há um congresso de opiniões que devem ser recolhidas para um programa que tenha a opinião de todos os arquitetos.

Esse programa será o produto de nossa unidade.

O arquiteto Jorge Wilheim, preside reunião sobre o lazer em Curitiba. No debate constante o arquiteto busca as soluções para os problemas de arquitetura e urbanismo. (Foto O Estado do Paraná)

Lilian Gomes Mello, assessora jurídica do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, conta o que é direito autoral.

O Dr. João Faria Leite, assessor jurídico do CREA, esclarece as confusões que ainda se fazem entre conselhos e sindicatos.

Os direitos do arquiteto como autor

A proteção ao direito autoral encontra sua fonte no § 25 do artigo 153 da Constituição Federal de 1969, com as modificações que sofreu posteriormente pelos atos institucionais, que confere aos autores de obras literárias, científicas e artísticas a prerrogativa exclusiva de reproduzi-las. Também todo o capítulo VI do título II do Livro II — "Do direito das coisas" — do Código Civil Brasileiro, ou seja, dos artigos 649 a 673, trata especificamente da matéria, em todos os seus detalhes.

A regulamentação da matéria visa a proteção, não só do aspecto econômico do direito autoral, mas também do direito moral ou extrapecuniário.

O direito moral, no dizer de Antônio Chaves, "é o direito que tem o autor de ver reconhecida sua paternidade da obra, de ver preservada sua intangibilidade, no sentido de que não possa ser modificada, alterada, mutilada ou adaptada, a não ser mediante seu expresso consentimento. É como que o reflexo da sua personalidade, na parte mais nobre, a atividade criadora".

Em relação aos arquitetos, para fins de proteção de sua criação artística, é necessário a princípio definir o que seja a obra arquitetônica. Apesar de todas as dúvidas e correntes que existem, alguns pontos comuns aparecem e, conforme as limitações, já se aproximam de uma definição. Existe a necessidade de se diferenciar o fato técnico do fato estético. O fato técnico não constitui objeto de proteção jurídica, não obstante ele mesmo servir para diferenciar as obras arquitetônicas de outras figurativas sob perfil externo da referência ao modo pelo qual se manifesta exteriormente.

O famoso Eugène Pouillet, em sua obra "Traité théorique et pratique de la proprieté litteraire et artistique", acrescenta que também a obra do arquiteto, como todas as demais que se acolhem sob o manto do direito do autor, precisará revestir-se da característica da originalidade, para alcançar uma proteção exclusiva. Esclarece, ao suscitarem dúvidas sobre o problema, que só pode ser resolvido com invocação do primordial elemento da personalidade, a revelar na obra as características da interpretação individual do autor ao vinculá-la indissoluvelmente a esta, que, "se a obra é devida a uma concepção nova, a um esforço pessoal, se ela se distingue das obras análogas do domínio público, haverá um proveito do arquiteto, um direito privativo, semelhante, em todos os pontos, àquele que a lei concede aos artistas. Ninguém poderá se apossar de seu trabalho sem prejuízo e, conseqüentemente, haverá contrafação não somente em reproduzir um edifício que seria a cópia do prédio objeto do direito exclusivo, mas ainda em copiá-lo por meio de desenho ou qualquer outra arte semelhante".

O elemento fundamental da proteção é o fato estético. Este, no dizer de Mario Are, in "L'Oggeto del diritto di autore", é o resultado que pode ser alcançado no plano da pura expressão formal e portanto da mera satisfação de exigências intelectuais.

Neste primeiro artigo sobre o direito do autor, é ressaltado o direito moral do autor, que, segundo o Professor Sílvio Rodrigues, "é a prerrogativa de caráter pessoal em virtude da qual o seu titular pode ligar seu nome a sua obra e sobre a mesma atuar, quer modificando-a e aperfeiçoando-a a seu bel-prazer, quer impedindo sua publicação, quer afinal evitando que seja de qualquer modo modificada sem o seu consentimento".

Philadelpho Azevedo, em um livro que se tornou clássico, mostra a nítida separação entre a figura autônoma do direito moral, pessoal ou intelectual, e a do pecuniário, econômico e patrimonial.

O Professor Antônio Chaves acrescenta, complementando as definições acima, que o "direito moral do autor se funda no respeito à personalidade humana, em sua alta manifestação criadora de arte e ciência, e apresenta-se com caráter absoluto, perpétuo, intransmissível e irrenunciável, consistindo:

1. Na segurança da paternidade da obra.
2. Na defesa do inédito.
3. No arrependimento, primando sobre a cessão, máxime no caso de inércia do cessionário na publicação, e até sobre a desapropriação.
4. Na faculdade de correção, a despeito de convenções em contrário, salvo indenização, se couber.
5. No direito ao respeito, impedidas quaisquer modificações feitas por outrem.
6. Na sua impenhorabilidade.

A lei brasileira n.º 5.194, de 24-12-66, que regulamentou o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, estabelece em seus artigos 22 e 18:

"Artigo 18. As alterações do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado.

"Parágrafo único. Estando impedido ou recusando-se o autor do projeto ou plano original a prestar sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, as alterações ou modificações poderão ser feitas por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade pelo projeto ou plano modificado."

"Artigo 22. Ao autor do projeto ou a seus prepostos é assegurado o direito de acompanhar a execução da obra, de modo a garantir a sua realização de acordo com as condições, especificações e demais pormenores técnicos nele estabelecidos.

"Parágrafo único. Terão o direito assegurado neste artigo ao autor do projeto, na parte que lhes diga respeito, os profissionais especializados que participem como co-responsáveis na sua elaboração."

Caberá agora, num próximo estudo, verificar a aplicação de tal legislação e manifestação dos nossos tribunais sobre a matéria.

A velha confusão entre conselhos e sindicatos

A grande maioria dos profissionais liberais possui um falso conceito dos **conselhos** e **ordens.** É comum a compreensão de que são eles órgãos de defesa da classe e da profissão.

Não. Os órgãos de defesa da classe e da profissão se corporificam nos sindicatos e associações.

Os sindicatos são instrumentos criados por lei, com a função específica de órgãos de defesa da classe. As associações, por sua vez, são entidades de natureza privada, podem se organizar com órgãos de defesa da profissão e dos profissionais, sem prejuízo da função legal dos sindicatos.

Os conselhos e ordens não têm por atribuição a defesa da classe e dos profissionais, pois são criados por lei tendo como função precípua a defesa da coletividade, de acordo com a Filosofia do Direito atualmente predominante.

É necessário lembrar que as leis se fazem não para a defesa dos interesses individuais, mas para resguardo do interesse coletivo que se sobrepõe ao do indivíduo. Na defesa da sociedade, os conselhos e ordens impõem o registro profissional para impedir que pessoas sem a devida capacidade científica possam exercer a profissão, e, com esse sentido, exercem também o controle sobre a conduta ética do profissional.

A sociedade servida por quem não tem conhecimentos técnicos especializados, ou por profissionais inescrupulosos, fica prejudicada. Para evitar esse prejuízo, essa lesão, os conselhos e ordens supervisionam a profissão, fiscalizam e regulam o seu exercício, controlando a ética da vida profissional. Institutos criados por lei, os conselhos e ordens têm estas atribuições e não mais.

São órgãos públicos exercendo funções públicas. Autarquias, ou seja, entidades de direito público, subsidiárias do Poder Executivo, com tarefas especificadas na lei. Não podem eles exceder as atribuições que as leis lhes conferem.

Assim, a imagem de que os conselhos e ordens são órgãos que defendem os interesses da classe e dos profissionais — como, por exemplo, batalhar por vantagens salariais, defender a posição de profissionais na disputa de um cargo, reivindicar vantagens de quaisquer espécies — é absolutamente falsa.

Os conselhos e ordens, por lei, só têm a função de defender o privilégio profissional, impedindo que leigos exercitem as profissões, e defender a conduta profissional, impedindo que maus profisionais lesem a coletividade.

O arquiteto Álvaro Caldeira inicia uma série de reportagens analisando a função do arquiteto nos órgãos públicos.

A evasão de técnicos das instituições estaduais preocupa deputados. Foi solicitada uma comissão.

Arquiteto, uma carreira que não existe

A criação da carreira de **arquiteto** no Serviço Público Estadual é uma antiga reivindicação da classe, que conta com representantes nos mais importantes órgãos da Administração, como o Departamento de Edifícios e Obras Públicas, o Fundo Estadual de Construções Escolares, o Departamento de Águas e Energia Elétrica e ainda em vários organismos da Secretaria de Economia e Planejamento.

Os arquitetos servidores públicos, no Estado de São Paulo, eram classificados — indevidamente — como engenheiros, engenheiros-chefe ou ainda engenheiros assistentes. O único cargo de arquiteto existente nos quadros do Serviço Público Estadual foi extinto há cerca de dez anos. Mesmo assim, estava enquadrado numa categoria inferior à dos escriturários em fase média de carreira. Estes pertenciam à referência 38, enquanto ao arquiteto cabia a referência 36. E a anomalia não ficava apenas nesses inconvenientes. Assumia aspectos mais graves em alguns concursos públicos abertos para provimento de cargos para os quais os arquitetos estavam capacitados. Mas, como esses concursos eram realizados sob o título de **concurso para engenheiros,** os órgãos encarregados de sua promoção não permitiam a inscrição de arquitetos. A alegação para o alijamento do arquiteto era de que a nomenclatura do concurso eliminava a possibilidade de sua participação.

O concurso 4/64, por exemplo, promovido pelo ex-Departamento Estadual de Administração — DEA, cujo edital relacionava os tópicos a serem considerados, todos eles característicos de trabalhos profissionais de arquitetura. Foi vedada a inscrição de arquitetos por ter o concurso se intitulado "Concurso para Engenheiro". Por esta anomalia e outras inconveniências, o concurso supra foi suspenso por ordem do Governador do Estado da época (1964).

O Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo, e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, da 6.ª Região, devidamente alertados, iniciaram gestões no sentido de se corrigir de modo definitivo a questão, dando origem a um estudo, do qual participou o autor deste artigo, elaborado pela Divisão de Organização do mesmo DEA.

Esse estudo, concluído e encaminhado à sanção superior, não logrou resultados práticos.

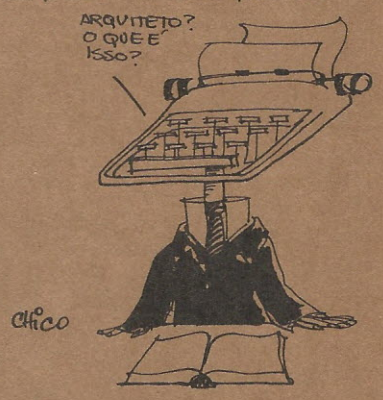
Um passo efetivo foi dado para a normalização do assunto, ao editar-se, em 1966, o decreto que dispunha sobre o quadro de pessoal do ex-Departamento de Obras Públicas, transformado então em autarquia, com a criação de diversos cargos de arquiteto, de arquiteto-chefe e de direção, cujas funções eram privativas de arquitetos.

Posteriormente, em 1970, a situação dos arquitetos do Serviço Público Estadual poderia ter-se normalizado com a edição do Decreto-lei Complementar n.º 11 (Lei de Paridade), mas ainda dessa vez permaneceram as anomalias anteriores, talvez até agravadas.

A promulgação do Decreto-lei Complementar n.º 11 dispôs sobre a paridade de vencimentos e vantagens entre os funcionários civis dos três Poderes do Estado, isto é, aplicou-se apenas aos da administração direta ou centralizada, instituindo novas denominações para a totalidade dos cargos públicos, de forma a abrigá-los numa única relação, dividida em quatro faixas de escolaridade. A Lei de Paridade estende-se às autarquias e seus servidores, em qualquer regime de trabalho, através de decretos específicos, editados pelo Poder Executivo.

Na relação de nomenclaturas anexa ao diploma, consta a denominação "engenheiro arquiteto", classificando-o na faixa IV, referência 20, agora em pé de igualdade com as demais carreiras chamadas de nível universitário. Todavia, no atual Departamento de Edifícios e Obras Públicas, ao ser promulgado o seu novo regulamento e ao ser a ele aplicada a Lei de Paridade, comparecem as nomenclaturas de arquiteto e arquiteto-chefe, sendo a única entidade autárquica que apresenta os arquitetos enquadrados em carreira específica.

Na próxima edição publicaremos um levantamento do número de arquitetos militantes nos mais significativos organismos da Administração Pública Estadual, relativamente à carreira — número que, entendemos, justifica plenamente a adoção de uma atitude realista da Administração paulista em relação ao problema da carreira e da valorização profissional do arquiteto em seus quadros.



O Estado perde seus técnicos

Preocupado com a evasão de técnicos e pesquisadores das instituições subordinadas ao Governo do Estado de São Paulo, o Deputado Alberto Goldman, do MDB, apresentou um requerimento na Assembléia para a constituição de uma comissão especial de inquérito de cinco membros que, no prazo de 150 dias, "estudará as causas e apontará solução para o problema".

A proposta do deputado emedebista conta com o apoio de 27 parlamentares e parte do princípio de que, enquanto a pesquisa e a educação consomem, em outros países, verbas elevadas, "em nosso país estamos começando a nos conscientizar da importância da pesquisa como fator de desenvolvimento, eis que vemos o Governo Federal empenhado em fazer com que retornem à nossa pátria os cientistas que, há alguns anos, ao aceno de melhores propostas, foram prestar sua colaboração a empresas ou governos estrangeiros".

Alberto Goldman estranha "o pouco apreço com que vem sendo encarada a pesquisa científica em nosso Estado, em conseqüência do que as nossas instituições de pesquisa estão perdendo os seus melhores técnicos para a empresa privada ou para a Universidade". "Isto, porém", aduziu, "não é de todo mau, se levarmos em conta que eles continuam a prestar serviços e a difundir conhecimentos dentro do país."

Má remuneração

Apreciando as causas desse êxodo, disse o deputado que "a má retribuição financeira, além do problema da vocação, é a responsável pelo fenômeno", frisando ainda que "um pesquisador precisa ser bem pago, pois precisa ter tranqüilidade de espírito para dedicar todo o seu tempo e suas melhores energias aos trabalhos que lhe são afetos". Citou como exemplo o Instituto Agronômico de Campinas e o Instituto Biológico, mostrando o número expressivo de exonerações que ali se verificaram, "pois os técnicos já não podem suportar os encargos de família com os atuais vencimentos, pelo que se desencantam com o futuro que a sua profissão pode oferecer".

Na justificativa de seu pedido, Alberto Goldman diz que "os institutos, inexplicavelmente, foram relegados a segundo plano, sem quaisquer perspectivas para os seus técnicos, através dos conhecimentos dos elementos mais antigos. Tem sido impossível preencher os claros existentes nos quadros de pesquisadores, porque os mais capazes, que deveriam garantir a base dos institutos de pesquisa, preferem oferecer os seus conhecimentos a escolas ou outras entidades".

A comissão proposta terá meios de investigar as causas profundas do problema da evasão dos técnicos e ao mesmo tempo oferecer ao Governo sugestões de valia no momento em que pretende, conforme anúncio oficial, reestruturar as carreiras universitárias do Estado, dando condições para a continuidade da eficiência dos institutos de pesquisa e repartições técnicas.

Visão analisa mercado de trabalho

Arquitetos, problema de todos. Com este título, a revista "Visão", de 3 de julho de 1972, publica reportagem de página sobre os problemas da arquitetura no Brasil. A matéria, que transcrevemos por sua importância, aborda o problema do mercado de trabalho do arquiteto num ângulo interessante e dá, em sua conclusão, uma dimensão de como deve ser encarada a questão pelos poderes públicos.

Para saber que as grandes cidades brasileiras vão mal, não é preciso ser especialista: basta viver numa delas. Mas, para resolver os seus problemas — o que requer "verdadeiras cirurgias", como diz o Prefeito de São Paulo, Figueiredo Ferraz —, a melhor técnica operatória é o planejamento urbano (com o que todos concordam) e o mais adequado cirurgião é o arquiteto (o que muitos ainda não descobriram).

De fato, a maioria das pessoas — até nos setores ligados à administração pública — acha que o arquiteto é apenas um enfeitador de prédios, ou, na melhor das hipóteses, um tipo mal definido de artista plástico. Ainda é necessário lembrar que a colaboração do arquiteto é "fundamental" no combate às distorções do processo de desenvolvimento, conforme acentuou o Vice-presidente Augusto Rademaker, na abertura do XIV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, recentemente realizado em São Paulo. (Muito a propósito, "deterioração urbana" foi o tema central das reuniões.)

Rademaker definiu os arquitetos como "os estetas do desenvolvimento". Dias antes, ao ser agraciado com o Prêmio Jean Tschumi, da União Internacional de Arquitetos, o paulista Villanova Artigas, ex-professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, chamou-os de "artistas necessários". Sua explicação é também uma advertência: "Não se pode abandonar uma cidade aos construtores, quando, pela própria formação, o arquiteto é capaz de coordenar as várias atividades relacionadas com o processo de construir."

Função indefinida

Embora os primeiros cursos independentes de arquitetura, desligados das escolas de engenharia, tenham surgido no Brasil há três décadas — hoje existem dezesseis faculdades em todo o país —, só agora os arquitetos começam a se exprimir como membros de uma categoria profissional autônoma, criando sindicatos em três Estados — São Paulo, Bahia e Guanabara — e preparando outros em mais três: Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Pará.

"Os principais problemas que levaram à criação desses sindicatos", diz Mário Ferrer, um dos fundadores do sindicato carioca, "referem-se à definição das próprias funções do arquiteto." A idéia é acabar com a velha noção segundo a qual o arquiteto só sabe compor as linhas de um projeto. "Na verdade", Ferrer argumenta, "nosso trabalho número um é planejar." Ele não entende, por exemplo, o abandono do projeto original do aeroporto de Brasília, "depois de se ter gasto uma fábula de dinheiro", ou que se chame um arquiteto francês para projetar o traçado e a urbanização da estrada Rio—Santos, "embora a técnica arquitetônica brasileira seja admirada em todo o mundo".

Se, para o país, a subutilização do arquiteto constitui um imenso desperdício, ela representa, para a categoria, a principal fonte de instabilidade profissional. Estima-se que 30% dos 6 mil arquitetos residentes nos Estados de São Paulo e da Guanabara trabalham atualmente em outras atividades. E muitos exercem a profissão em regime de **free-lancer**, em que o salário é aviltado. (O piso estabelecido por lei é de seis salários mínimos, cerca de 1.680 cruzeiros.) É claro que alguns poucos profissionais recebem honorários consideráveis, mas, para a maioria, "o mercado é dificílimo, apertado e sem definição", como diz a arquiteta Jandira Monteiro Fernandes, desempregada há cinco meses.

O pessimismo dos novos

Na Guanabara, a Universidade Federal diploma, aproximadamente, duzentos estudantes de arquitetura por ano. Em São Paulo, a Universidade Mackenzie e a USP, juntas, formam outros cem no mesmo período. Para estes, a situação é ainda mais difícil. Recentemente, uma firma paulista abriu dez vagas de arquiteto. Apresentaram-se 120 candidatos. Antônio Carlos Ferreira, formado pela Universidade de São Paulo, é pessimista quanto às suas perspectivas profissionais, pelo menos a curto prazo. Ele tem uma prova em casa: sua mulher, que concluiu o curso o ano passado, ainda não conseguiu emprego. Por enquanto, Antônio Carlos trabalha na diagramação de jornais e revistas. "É mais estável", explica.

A maioria das escolas de arquitetura qualifica seus alunos para trabalharem como urbanistas, em comunicação visual ou em desenho industrial, além — é claro — do setor de projetos residenciais. Todavia, são raras as indústrias brasileiras que habitualmente criam um desenho próprio para seus produtos; o ramo ligado à comunicação está abarrotado; e o setor de planejamento urbano emprega um número relativamente pequeno de profissionais. "Mesmo nos projetos de interesse social, tipo BNH e COHAB", queixa-se Alfredo Britto, secretário da seção carioca do Instituto de Arquitetos do Brasil, "o arquiteto é marginalizado, limitando-se a assinar as plantas, porque a lei exige, mas sem nenhuma participação criadora." A seu ver, isto mostra que "o descrédito vem de cima".

Segundo dados fornecidos pelo Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, dos 21 mil projetos de construção aprovados pela Prefeitura paulistana em 1970, apenas 11% não se referiam a residências particulares. A pequena participação do setor público, revelada por esses dados, estreita ainda mais o efetivo campo de atuação do arquiteto. "Levando em conta as altas taxas de crescimento econômico anunciadas pelo Governo", comenta Alfredo Paesani, presidente do sindicato paulista, "e comparando-as com o que ainda falta ao país para a simples ocupação do território, não é possível compreender a marginalização do arquiteto e dos demais técnicos especializados na ordenação do meio ambiente."

Assistência passiva

E quando esse ambiente está em crise — ou se "deteriora" —, como no caso das cidades, os arquitetos devem estar entre os primeiros a ser ouvidos, para que não fiquem limitados "apenas à crítica ou à assistência passiva", como observou o Prefeito Figueiredo Ferraz no XIV Congresso Pan-Americano. Os arquitetos reunidos em São Paulo definiram alguns objetivos a esse respeito, notadamente a adoção de "uma planificação territorial que equilibre o sistema urbano, reduzindo as diferenças entre cidades e eliminando a tendência à centralização metropolitana", assim como "uma legislação urbana que controle a divisão da terra, seu uso e sua especulação".

Se "o ritmo de desenvolvimento não se pode reduzir, mas o homem também não pode ser vítima das coisas que constrói", nas palavras do Almirante Rademaker, os arquitetos não cansam de repetir que "o homem não mora simplesmente numa casa, mas numa cidade", como diz Paulo Mendes da Rocha, presidente da seção paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil. "E se não quisermos transformar nossas cidades em novas Chicagos ou Nova Yorks", comenta seu colega carioca Alfredo Britto, o papel do arquiteto precisa ser urgentemente reavaliado. Caso contrário, o seu mercado de trabalho tenderá a diminuir (o que pode ser um problema apenas deles) e todas as metrópoles brasileiras continuarão a deteriorar-se irremediavelmente (o que é uma ameaça real a todos nós).

Uma pesquisa sobre evasão de cérebros

A Fundação Getúlio Vargas está realizando pesquisa sobre o problema. O artigo abaixo transcrito foi publicado pela revista do Capes — Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação e Cultura, e dá a visão do órgão relativa ao problema:

Pesquisa sobre 13 mil brasileiros que nos últimos cinco anos receberam bolsas de estudo no exterior vai possibilitar que os computadores da Fundação Getúlio Vargas forneçam indicações seguras sobre a evasão de cérebros para os países desenvolvidos. O levantamento está em fase adiantada e vem sendo realizado pelo Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos.

Pelos dados colhidos até agora, sabe-se que a evasão de talentos é atualmente menos expressiva do que há alguns anos, graças aos incentivos proporcionados pelo Governo aos técnicos e pesquisadores. Um exame preliminar indica que os médicos são os que mais abandonam o país, diante de propostas mais vantajosas que recebem no exterior.

A questão da evasão de cérebros para os países desenvolvidos sempre foi vista por ângulos setoriais, daí resultando que apenas se sentia o fenômeno, sem que fosse possível quantificá-lo ou dispor de elementos seguros para uma análise mais profunda. O trabalho que a FGV realiza no momento visa fornecer dados concretos sobre um número até então inédito de bolsistas. Com base nesse trabalho descobriu-se, por exemplo, que nada menos do que oitenta entidades — instituições estrangeiras, empresas, etc. — oferecem bolsas de estudo em diversos níveis para os que mais se destacam em suas atividades. Nunca se soube, ao certo, quantos retornaram ao país, quantos resolveram ficar no estrangeiro por conta própria ou quantos foram recrutados por instituições ou empresas dos países em que aprimoraram seus conhecimentos.

A FGV vai dizer o que tem acontecido com esses bolsistas. Seus pesquisadores analisam inclusive as condições em que as bolsas são concedidas, projetando indicações sobre quais os benefícios que isso pode trazer ao Brasil. Em linhas gerais, os técnicos consideram que a evasão não é tão expressiva quanto foi há pouco tempo. No campo da Engenharia, os cérebros nacionais estão sendo retidos pelas excelentes oportunidades existentes nos grandes centros.

Na Medicina, contudo, a evasão parece atingir índices que só não preocupam devido ao nosso "estoque" de médicos.

A importância dos índices urbanísticos

A falta de uma terminologia adequada e uniformizada sobre os índices urbanísticos territoriais tem acarretado dificuldade nos diálogos entre técnicos na avaliação das realidades urbanas, como também tem prejudicado gravemente os trabalhos de avaliação estatística, investigação e planejamento urbanos, impedindo a adoção de política adequada de desenvolvimento urbano e legislação urbanística.

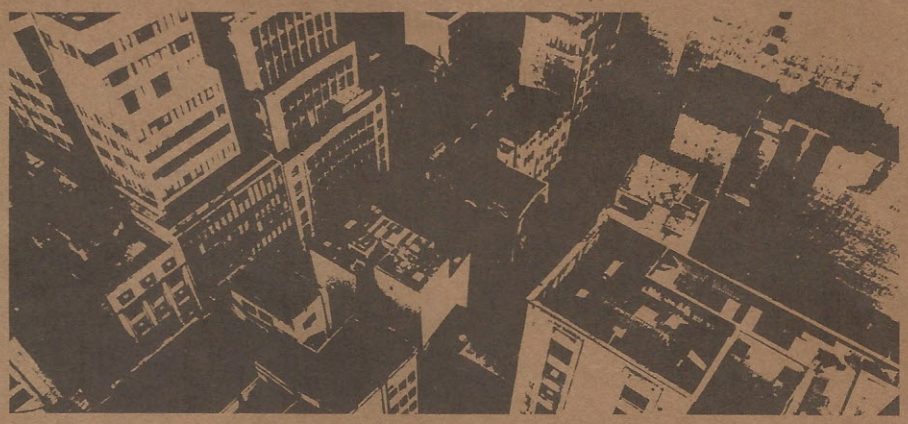
O Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal — CEPAM —, órgão da Secretaria do Interior do Governo do Estado de São Paulo, foi criado para assessorar as administrações municipais em termos de legislação, tributação, organização administrativa e planejamento local integrado. No setor de planejamento contribui na elaboração de pesquisas e na assessoria ao desenvolvimento do processo de planejamento. Para metodizar as grandezas básicas e contar com uma terminologia adequada, o CEPAM elaborou um documento com o título de "Normalização dos Índices Urbanísticos Territoriais".

Esse documento procura conceituar os índices urbanísticos quanto ao espaço. Estuda as categorias de índices como densidade, quotas e proporções; as grandezas sócio-econômicas utilizadas nos índices urbanísticos territoriais; os critérios de delimitação do conjunto de área urbana ocupada, aglomerações, áreas edificadas, loteadas, área urbana legal; os critérios de subdivisão da área urbana, etc.

Para um correlacionamento de índices urbanísticos, o trabalho apresenta quadros e tabelas com exemplos de densidades brutas e residenciais líquidas de algumas cidades brasileiras; densidade demográfica bruta de algumas cidades paulistas como São Bernardo do Campo, Barretos, Campo Grande e outras. Apresenta, também, tabelas de quotas e proporções e quilometragem de ruas de algumas cidades. No que se refere à área metropolitana e ao município de São Paulo, o documento apresenta dados sobre as categorias de usos do solo, as variações dos padrões de edificação e ocupação por zona-tipo, distribuição percentual dos usos urbanos do solo, as variações de padrões de edificação e ocupação segundo os usos e as zonas-tipo de bairros pesquisados.

Para o estudo desse documento, mais de sessenta profissionais reuniram-se na sede do IAB durante três dias. O Seminário de Índices Urbanísticos, promovido pelo IAB-SP e CEPAM, foi coordenado pelas arquitetas Bona de Villa, do IAB, e Clementina de Ambrosis, do CEPAM. Paralelamente ao seminário, foram formados dois grupos de trabalho.

O grupo I — São Caetano do Sul — teve como coordenador o arquiteto Alberto Emauz dos Santos e como



relatores os arquitetos Peter L. Wulf e Gilda Collet Bruna; o grupo II — São Bernardo do Campo — foi coordenado pelo arquiteto Paulo da Rocha Queiroz e os relatores foram os arquitetos Volker R. Link e Tereza de Katinszky.

Desse Seminário resultou um documento, o "Anexo Técnico", que modifica e comenta o texto básico do CEPAM. Suas recomendações:

"1. Que os órgãos de pesquisas e normalização e as entidades profissionais ligadas ao planejamento urbano promovam iniciativas visando o prosseguimento dos estudos contidos no documento básico elaborado pelo CEPAM — "Índices Urbanísticos", no sentido de ampliá-lo, aprofundá-lo e aperfeiçoá-lo, preparando documentos similares a serem submetidos a próximos seminários.

"2. Que os órgãos que elaboram, dão assistência técnica ou financiam planos de desenvolvimento urbano adotem e façam adotar a terminologia, os conceitos e os critérios constantes do documento "Índices Urbanísticos", com as alterações aprovadas por este Seminário, e fixem os índices urbanísticos que devem integrar os diferentes tipos de planos.

"3. Que os órgãos que coletam, processam e divulgam dados e estatísticas de desenvolvimento urbano também uniformizem sua terminologia, conceitos e critérios, de acordo com os demais órgãos referidos no item acima, aproveitando inicialmente o documento elaborado.

"4. Que a adoção acima recomendada nos itens 2 e 3 seja imediata e a título provisório para teste e aperfeiçoamento, por convenção entre os órgãos interessados, dando assim início a um cadastro e a um sistema nacional de "Índices Urbanísticos", tanto territoriais como sociais e econômicos, de caráter dinâmico a ser constantemente aperfeiçoado, mas sempre uniformizado nacionalmente.

"5. Que a adoção de índices urbanísticos nacionais vise sempre compatibilizar a terminologia, a conceituação e os critérios com aqueles mais aceitos e difundidos internacionalmente, buscando alcançar uma homogeneização e correlação futura em convenção internacional.

"6. Que a Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT — dê início ao processo de normalização dos índices urbanísticos. Para isso deve contar com a ajuda do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, do Ministério do Interior; da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Ministério do Planejamento; do Instituto de Arquitetos do Brasil; da Associação Brasileira de Planejamento e de outras entidades interessadas, de âmbito estadual, metropolitano, municipal e privadas.

"7. Que o Ministério do Interior, como responsável federal pela política de desenvolvimento urbano, através dos órgãos vinculados ao assunto — SERFHAU, BNH, superintendências regionais — analise as presentes conclusões e recomendações, divulgue-as e promova a adoção das medidas propostas.

"8. Que o Ministério do Interior e o IAB nacional promovam outro Seminário, se possível ainda no final do corrente ano, com o objetivo precípuo de avaliar a implantação destas recomendações."

Os documentos "Índices Urbanísticos" e "Anexo Técnico" podem ser obtidos no CEPAM, Avenida Duque de Caxias, 61, São Paulo.

REVESTIMENTO DE PAREDES
CONCESSIONÁRIO APLICADOR
Emalux
EMAX-REVESTIMENTOS LTDA.
R. Francisco Baiardo, 59 - Tel.: 65-1824 - Capital - SP

Universitários preparam encontro nacional

O assunto nas escolas de arquitetura é o II Encontro Nacional de Escolas de Arquitetura, no Recife, com data marcada para o próximo mês de outubro. Em todo o país foram realizados seminários preparatórios, os Encontros Regionais, para discussão das teses a serem apresentadas no conclave nacional.

Os estudantes da região sul reuniram-se na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos, durante três dias, para a elaboração de um documento-proposta a ser apresentado no Recife. O trabalho é uma contribuição ao levantamento dos problemas do ensino da arquitetura no Brasil. Participaram desse encontro estudantes de Curitiba, São Paulo, Santos, Mogi das Cruzes e São José dos Campos.

O documento

"A Universidade brasileira vive um processo de transformação no qual deixa de agir sobre a sociedade e passa a fornecer quadros técnico-operacionais, numa função totalmente pragmática", afirmam os estudantes, que, na busca de um caminho, mostram que "a necessidade de estruturar o ensino em bases científicas, com uma filosofia crítica, e não como simples resposta à realidade imediata, é consenso geral. O problema que se coloca é que a própria insuficiência de tal ensino agrava, simultaneamente, a dificuldade de ensiná-lo, de discuti-lo ao nível conceitual. Diante do sentido da necessidade de se saber pensar em nível de conceitos, apreendendo as conexões e mediações do processo que desejamos compreender, chegamos a uma compreensão muito mais concreta (porque global) do que a percepção empírica".

No encontro de São José foi feito também um levantamento dos problemas considerados básicos pelos estudantes, em termos profissionais e de ensino. Suas conclusões:

1. Sobre a profissão: indefinição da atuação do arquiteto na realidade nacional; desvinculação do profissional arquiteto ante uma planificação mais global na estrutura social; omissão do arquiteto no nível das decisões no processo de transformação global da realidade; autonomia do arquiteto, própria de países subdesenvolvidos, oposta a trabalhos desenvolvidos em equipes interdisciplinares.

2. Sobre o ensino: isolamento didático entre escolas e delas com a comunidade; caráter elitista; caráter profissionalista visando outorgar diplomas para exercício da profissão liberal; estrutura unilínea e rígida não formando profissionais em campos conexos; inadequação quanto às necessidades e solicitações reais da realidade global; falta de estudo bibliográfico; falta de pesquisa com critérios realmente científicos; matérias dadas como fórmula justificativa e não de maneira crítico-científica. Ainda no item sobre ensino, os estudantes analisam a situação do corpo docente, discente e administrativo das faculdades.

Corpo docente: cátedra como um obstáculo a departamentos integrados; falta de critérios para a seleção do corpo docente; falta de regulamento da carreira docente; docência como plataforma para a promoção profissional; baixo índice de dedicação em tempo integral; falta de metodologia de ensino e critérios para a sua avaliação; falta de comunicação do corpo docente: interna e com o corpo discente.

Corpo discente: distanciamento quanto às deliberações gerais de ordem interna e externa; interesse estudantil desligado de uma Universidade vista como meio de transformação global da realidade; falta de comunicação: interna e com o corpo docente.

Administração: isolamento administrativo: interfaculdades e com a comunidade; multiplicação desnecessária e custosa do corpo docente e equipamentos; organização autocrática; falta de verbas; ensino pago.

Prêmio de 10 mil para biografia

Estudantes de arquitetura podem candidatar-se a um prêmio de 10 mil cruzeiros, oferecido pelo Instituto Roberto Simonsen, pela melhor biografia do arquiteto Henrique Mindlin. Aí vai o regulamento do concurso para os interessados:

Artigo 1.º. O Instituto Roberto Simonsen institui o Prêmio Arquiteto Henrique Mindlin, a ser concedido uma única vez, aberto somente a estudantes, pessoalmente, ou a equipe de estudantes, devendo os participantes individuais ou os chefes das equipes estar regularmente matriculados nos dois (2) últimos anos dos cursos de Arquitetura das faculdades brasileiras devidamente reconhecidas.

Artigo 2.º. O prêmio instituído no artigo anterior se destina a "estimular pesquisas e trabalhos de profundidade", devendo as monografias concorrentes versar sobre o tema genérico "Contribuição do Arquiteto Henrique Mindlin à arquitetura brasileira, em si e no contexto sócio-econômico do país."

Artigo 3.º. Consiste o prêmio de que trata o artigo 1.º deste Regulamento em Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) para o vencedor.

Artigo 4.º. Os trabalhos apresentados ao Prêmio Arquiteto Henrique Mindlin deverão ser inéditos e, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa, podendo ser acompanhados de ilustrações, diagramas, tabelas e outros elementos, em consonância com os usuais preceitos bibliográficos.

Artigo 5.º. De todos os trabalhos apresentados, uma cópia ficará com o Instituto Roberto Simonsen, passando a pertencer ao seu acervo de monografias.

Artigo 6.º. A Comissão Julgadora do Prêmio Arquiteto Henrique Mindlin será integrada por cinco (5) membros, designados pelo Diretor-Presidente do Instituto Roberto Simonsen, dentre pessoas de reconhecida capacidade profissional, todos da especialidade do homenageado, atuando sob a presidência do Diretor-Presidente da entidade.

Artigo 7.º. A Comissão Julgadora poderá sugerir à Diretoria do Instituto Roberto Simonsen a publicação do trabalho premiado, cabendo ao autor, como direitos autorais, cem (100) exemplares.

Parágrafo único. A eventual edição do trabalho premiado é de propriedade do Instituto Roberto Simonsen, convencionando-se que os direitos autorais já foram pagos através do prêmio referido no artigo 3.º deste Regulamento.

Artigo 8.º. Os originais deverão ser entregues em seis (6) vias datilografadas, ou em outro qualquer processo de impressão mecânica, **até o dia 31 de maio de 1973**, devendo as inscrições ser feitas na Secretaria do Instituto Roberto Simonsen (Viaduto Dona Paulina, 80 — 4.º andar, sala 410 — São Paulo).

Parágrafo único. Juntamente com a entrega dos originais, o concorrente deverá qualificar-se como brasileiro, apresentando, necessariamente, certificado de matrícula em curso de Arquitetura de faculdades brasileiras, declarando, outrossim, que concorda com os termos deste Regulamento.

Artigo 9.º. O Prêmio Arquiteto Henrique Mindlin será concedido por julgamento da Comissão prevista no artigo 6.º deste Regulamento, a qual decidirá por maioria de votos.

§ 1.º. A Comissão Julgadora poderá deixar de premiar os trabalhos apresentados, justificando em parecer circunstanciado essa recusa.

§ 2.º. O prêmio será acompanhado de diploma alusivo assinado pelo Presidente do Instituto Roberto Simonsen.

§ 3.º. Será lavrada ata dos trabalhos de premiação, de livre consulta dos concorrentes.

Artigo 10.º. Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Comissão Julgadora do Prêmio Arquiteto Henrique Mindlin.

Chapa Azul vence na GB

A Chapa Azul — Peter José Schweizer, presidente; José de Anchieta Leal, vice-presidente — venceu as eleições para o Sindicato dos Arquitetos no Estado da Guanabara, em junho último. A renovação da diretoria e do Conselho Fiscal da entidade carioca recebeu o apoio maciço dos associados: 80% foram às urnas.

Ressaltou a nova direção, como base de seu programa, a implantação e consolidação da entidade sindical. Como metas prioritárias destacam-se a ampliação do quadro de sócios, valorização e defesa da profissão nos órgãos de regulamentação profissional (haverá representantes do Sindicato junto ao CREA) e gestões junto aos órgãos públicos e empresas para cessão de local e equipamentos para instalação da sede definitiva.

Outra meta importante prevista pela nova diretoria: promover, nas entidades profissionais ligadas aos arquitetos cariocas (IAB, SEAEG, Clube de Engenharia, etc.), um levantamento do mercado de trabalho e dos problemas profissionais.

O apoio dos engenheiros da GB

A carta que por sua importância transcrevemos foi enviada pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ao presidente do Sindicato dos Arquitetos da Guanabara:

Prezado Presidente do Sindicato dos Arquitetos:

Apraz-me endereçar a V. Excia. os melhores votos de felicidade na gestão desse novo Sindicato, que abriga o que de melhor existe como profissionais da Arquitetura e do Urbanismo.

Estaria falseando a verdade se não dissesse a V. Excia. o quanto nós, os engenheiros, sentimos ao ver partir de nossos quadros tão brilhante Classe que desde 1931 caminhou conosco perlongando a pedregosa estrada da vida profissional.

As horas de sucesso e de vicissitude foram compartilhadas em partes iguais e tal já se tornara o hábito da convivência que hoje, muito embora nos regozijemos com essa esplêndida vitória dos Arquitetos — em prol de uma emancipação justa e peremptória —, não podemos, entretanto, deixar de nos sentir semimutilados.

É que para nós, os Engenheiros, são os Arquitetos o nosso estímulo para o desbravamento de novas leis de estabilidade na descoberta de outras formas.

Aos Arquitetos sempre devemos o avanço da Tecnologia mercê de sua forte imaginação e sensibilidade artística e continuamos a confiar que nos sejam dadas, sistematicamente, novas oportunidades de estudos e investigação.

Desse modo ficam, em parte, minoradas as agruras de uma separação que, em boa realidade, não será mais do que simbólica.

Com a renovação dos protestos de felicidade que tenho a honra de enviar a V. Excia. e a toda a Classe dos Arquitetos em nome dos Engenheiros da Guanabara e no meu próprio nome, subscrevo-me muito cordialmente, **Antônio Orlando Laviola**, Presidente.

A posição do arquiteto no Estado

Mostra de Kenzo Tange

Em outubro Brasília vai poder ver as obras do artista japonês Kenzo Tange. O adido cultural da Embaixada do Japão no Brasil pediu e recebeu o apoio da Direção Nacional do IAB, que irá co-patrocinar a exposição. O IAB de Pernambuco co-patrocinará a mesma mostra no Recife. Os institutos de São Paulo e Guanabara, por sua vez, estão solicitando da Embaixada japonesa que traga os quadros de Tange para serem vistos pelos paulistas e cariocas.

Sociedade civil recolhe menos IR

As sociedades civis de arquitetos devem recolher apenas 4% de imposto de renda na fonte, enquanto o arquiteto registrado como profissional autônomo deve recolher 8%. Esta informação está contida no Decreto-lei 1.198/71, de 27-12-71, que alterou o Decreto-lei 401/69, publicado no Diário Oficial do mesmo dia.

O artigo 6.º do referido decreto diz: "Ficam sujeitas ao imposto de 4% na fonte, a partir de 345 cruzeiros por pessoa jurídica, as sociedades civis". Portanto, as empresas devem recolher, dos arquitetos organizados como sociedades civis, 4%, e dos registrados como autônomos, 8%.

Concursos para sedes

O BNDE — Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — vai construir sua sede própria em Brasília. O IAB da Guanabara está se mobilizando para organizar o concurso do projeto.

A Direção Nacional do IAB vem mantendo contato com o Banco Central e organizará o concurso para a sede própria deste órgão, também em Brasília.

Aposentadoria

O arquiteto pode requerer sua aposentadoria mesmo que sempre tenha sido autônomo. Para consegui-la, é necessário ter pagado pelo menos sessenta contribuições ao INPS e provar ter trabalhado o mínimo de trinta anos na profissão. O pagamento de INPS pelos profissionais liberais foi instituído em 1960, tendo se tornado obrigatório a partir de 1964.

Ao requerer a aposentadoria, o arquiteto deve apresentar o seu registro do CREA, da Prefeitura e carteira profissional, mostrando sua profissão. Ícaro de Castro Mello, um dos primeiros arquitetos que requereram aposentadoria, apresentou seu registro na Prefeitura como prova de atividade profissional. Este não foi aceito. Para provar finalmente a atividade, apresentou certidões — fornecidas pela Prefeitura — de aprovação de plantas e de habite-se.

Também são válidos como prova de atividade profissional os contratos de construção, de trabalho e os registros na carteira profissional. Às vezes, uma obra demora muito e não há nada registrado. Neste caso, pode-se apresentar recibos de aluguel de escritório, notas de materiais de construção, recibos de prestações de serviços ou outros documentos que comprovem a atividade. Durante o requerimento da aposentadoria, o arquiteto deve estar desligado de qualquer escritório de arquitetura. O processo dura mais ou menos três meses.

Bienal de Arquitetura

Na Segunda Reunião do Conselho Superior do IAB, em junho, em São Paulo, o arquiteto Oswaldo Correa Gonçalves relatou as providências que já estão sendo tomadas para a realização da Bienal internacional de Arquitetura. O relato serviu como subsídio ao plano inicial de organização da mostra, que está sendo elaborado e distribuído aos departamentos do IAB pelo arquiteto Walter Maffei.

Atuando como coordenador da organização da mostra, o arquiteto Oswaldo Correa Gonçalves recolherá sugestões dos departamentos para a elaboração do plano final.

A Bienal Internacional de Arquitetura será em março-abril do próximo ano, em São Paulo. A promoção é conjunta: IAB, BNH e Fundação Bienal de São Paulo.

Seus objetivos: fazer um resumo periódico das soluções encontradas em todo o mundo para o aproveitamento do meio ambiente, avaliação do progresso econômico e social em face do traçado das cidades e troca de experiências. A Bienal vai procurar, também, servir como centro irradiador de informações e documentos sobre o aprimoramento das artes e ciências do meio ambiente, das técnicas industriais de realização de projetos e planos.

Assistência contábil e jurídica

Os arquitetos, e mesmo as empresas e sociedades civis de arquitetos, enfrentam várias dificuldades para a interpretação correta e aplicação da legislação fiscal, trabalhista e previdenciária e os problemas de ordem jurídica em geral.

Para cooperar na resolução desses problemas, o Sindicato está prestando aos seus associados, mediante consultas diretas, um serviço de orientação especializado.

Todas as quintas-feiras, das 9 às 12 horas, um contador-auditor da Audicontábil — organização especializada no setor — está atendendo consultas sobre questões como: imposto de renda, imposto sobre serviços, INPS, revisão contábil, exame de documentação fiscal, peças de balanços, revisão na declaração de renda de pessoa física, informações sobre o PIS, PIN, incentivos fiscais, aposentadoria junto ao INPS, abono de permanência em serviço, problemas com o FGTS, e outras.

Às terças-feiras, no mesmo horário, a advogada Lilian Gomes Mello, assessora jurídica do Sindicato, vem prestando assistência relativa a homologação, direito autoral, direitos trabalhistas, interpretações e pareceres sobre leis e outros instrumentos legais do interesse do arquiteto.

Todas as questões devem ser propostas por escrito e, se necessário, os associados devem marcar entrevistas com esses assessores para uma exposição pessoal de seus problemas.

Informações

Um lançamento muito importante

O "Dicionário da Arquitetura Brasileira", de Eduardo Corona e Carlos Lemos, é, sem dúvida, o lançamento mais importante deste primeiro semestre. O livro, lançado no Instituto de Arquitetos do Brasil, está marcado para fazer parte da literatura básica da arquitetura no país. "É um dicionário especializado", diz Corona, "que poderá prestar inestimáveis serviços no estudo e interpretação de todos os textos de valor para nossa arquitetura."

Os arquitetos Eduardo Corona e Carlos Lemos assim definem sua obra:

"A idéia da elaboração de um dicionário que reunisse de modo mais completo possível os termos relativos à nossa arquitetura nos surgiu desde há muito. Contrapondo-se à amplitude do campo de atividade do arquiteto, à profundidade que atinge a arquitetura em todos os setores da cultura de um povo e ao extraordinário e rápido desenvolvimento daquela arte entre nós, encontramos uma acentuada pobreza de vocabulário técnico e artístico entre o povo, arquitetos e críticos de arte. Entre os estudantes, então, o desconhecimento de nomes justos dos pormenores arquitetônicos é grande, senão total. "Vários fatores concorrem para o esquecimento e ignorância dos termos precisos e não nos interessa aqui estudar essas causas. Uma delas, porém, por ser a mais importante, a nosso ver, é a variação de significados de um termo no tempo e no espaço, fato que traz confusões, às vezes lamentáveis, nas descrições de obras arquitetônicas e nas interpretações de textos antigos. Palavras existem que em Portugal significam uma coisa e que aqui querem dizer outra. Em tempos idos, um termo tinha um significado, hoje tem outro bem diferente. Exemplo: a palavra sobrado antigamente significava soalho suspenso, isto é, piso de madeira compreendendo espaço útil abaixo dele. Casa que tivesse porão habitável era assobradada. Os patamares das escadas das torres das igrejas eram sobrados: dizia-se "torre de tantos sobrados". Hoje entende-se por sobrado casa de dois ou mais pavimentos, o que não é errado, mas a extensão do termo está consideravelmente diminuída. Muitos historiadores, por exemplo, procuraram saber qual foi o primeiro "sobrado" de São Paulo, isto é, a primeira construção de dois pavimentos, e acharam em inventários antigos referências a "casa de sobrado". Evidentemente, esta simples demonstração não é suficiente para chegar-se a uma conclusão verdadeira porque o exemplar apontado como primeiro poderia ser perfeitamente casa com porão, muito comum em São Paulo, devido às diferenças de nível dos terrenos. No alinhamento, as casas eram térreas; nos fundos, "assobradadas". Certamente, porão e piso térreo não determinam sobrados na acepção moderna do verbete, e daí enganos prováveis nessas pesquisas.

"Cremos que um dicionário especializado prestará inestimáveis serviços no estudo e interpretação de todos os textos de valor para a nossa arquitetura. Tomem-se como exemplo as publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que transcrevem atas, "condições" e especificações antigas de construções coloniais. É de todo interesse "saber ler" tais documentos, pois deles emana uma série de conhecimentos necessários à boa compreensão de nossa arquitetura avoengã. Também a apreensão exata de todo o vocabulário atual empregado na arquitetura contemporânea se faz necessária para o melhor proveito da linguagem falada e escrita que está permanentemente ligando o homem à arquitetura.

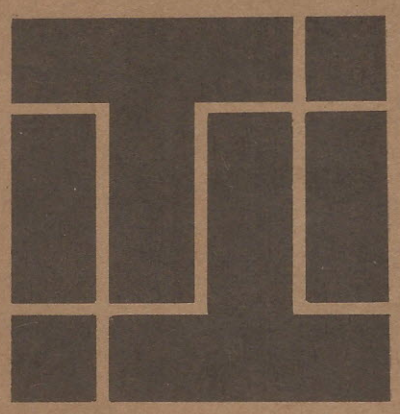
"Do plano que elaboramos para este dicionário constam vários grupos caracterizados de palavras. Substantivos e adjetivos relativos a elementos de composição arquitetônica, como as partes que compõem uma janela ou porta, seus vários nomes e variantes morfológicas, ou o nome de determinado ornato, etc. Verbos relativos às ações ocorridas durante a execução de obras arquitetônicas, pertinentes às profissões dos inúmeros artífices e operários que nelas colaboram. Nomes da maioria das profissões correlatas com as obras de edificação. Termos que designam os materiais de construção e a eles ligados ou deles derivados. Nomes vulgares e a classificação científica e todas as madeiras empregadas de uma forma ou de outra em construção. Alguns nomes de instrumentos especializados, quando tenham algum interesse histórico. Termos relativos à estética ou à filosofia da arte, quase sempre de proveito crítico. Nomes de pesos e medidas aplicados aos materiais de construção, bem como os de dimensionamento e de outros fenômenos físicos como os da iluminação, da acústica, etc. Também estão registrados os vocábulos designativos dos diferentes programas de necessidade que irão caracterizar os temas essenciais da composição arquitetônica, com suas peculiaridades, etc. Por fim, palavras, termos e nomes de emprego exclusivamente brasileiro, antigos ou atuais, que tenham ligação com a arquitetura ou mesmo os que, de forma indireta, colaborem para a compreensão e o desenvolvimento dessa arte em nossa terra."

Imposto e anuidade sindical

O pagamento da contribuição sindical (antigo imposto sindical) recolhido diretamente ao Banco do Brasil não exclui o pagamento da anuidade ao sindicato e, portanto, não qualifica o arquiteto como sócio do sindicato.

Turismo

Uma agência que os arquitetos conhecem



A Transinter resolve para você todos os problemas de reservas de passagens, hotéis, financiamentos para viagens. No Brasil e no exterior.

Transinter passagens e turismo

São Paulo
Av. Ipiranga 318 bloco A 11.º CJ 1102 telefones 257 0114 257 1932 256 3370. Emb. 293 cat. A
Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 156 31.º salas 3132 3133 telefones 222 4085 222 4735. Emb. 285 cat. A

Cartas

Para Artigas os aplausos dos têxteis

Ao tomar conhecimento, pela leitura do jornal "O Estado de S. Paulo", de 4-6-72, da concessão do Prêmio Jean Tschumi, que merecidamente lhe foi outorgado pela União Internacional de Arquitetos, a diretoria deste sindicato sente a máxima satisfação e orgulho de manifestar ao estimado amigo congratulações pelo acontecimento, que tem caráter e repercussão internacionais.

A oportunidade é propícia para também destacar, ao lado de sua marcante atuação como professor e arquiteto fora de série, o interesse e o zelo que sempre demonstrou pelos problemas da classe trabalhadora em geral e, especialmente, pelos trabalhadores do setor de tecelagem, cuja sede oficial constitui uma obra arquitetônica de inestimável valor, que os trabalhadores têxteis procuram resguardar com o máximo carinho, em homenagem e reconhecimento ao seu autor.

Essio Rosseto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo.

Em defesa da posição dos arquitetos

Estou convencido de que é inaceitável o tratamento que o CREA dispensa aos arquitetos: coloca-os em uma posição extremamente desvantajosa em confronto com a dos engenheiros. Entendo que deve ser garantida, aos arquitetos, a participação na execução das obras, não somente pelas implicações que estas impõem aos seus respectivos entornos, como também pelas que impõem sobre seus próprios projetos. O domínio preciso do projetar exige uma intimidade segura com o construir. Pretender desligar o arquiteto das obras implica desconhecer a intrínseca interdependência existente entre estas e o projeto.

Em recente visita à construção de uma barragem hidrelétrica, pude observar a inexistência do arquiteto como integrante da equipe de técnicos que operavam na área. Constatei, naquela oportunidade, que os engenheiros, das diversas especialidades, alimentavam o conceito de que as funções do arquiteto estariam vinculadas, em sua essência, aos aspectos artísticos das edificações; em razão do que a presença do arquiteto num canteiro de obras, considerado estritamente técnico, seria prescindível. Essa conceituação, que, em última análise, pretende vincular a arquitetura exclusivamente à estética, é extremamente nociva à atividade profissional do arquiteto.

Todos os chamamentos (jornais e outros) de profissionais necessários ao acompanhamento de obras, as mais variadas, excluem sistematicamente o arquiteto. O conceito que alimenta esse comportamento generalizado é extremamente nocivo à arquitetura; remete-a ao campo particular da "poesia" — âmbito da estética, no entender de muitos engenheiros —, amputando-a de todo e qualquer comprometimento científico.

Entendo que essa situação precisa ser transformada o mais rapidamente possível e para tanto os arquitetos devem mobilizar todos os recursos disponíveis, assim como tentar todas as soluções viáveis, talvez mesmo recorrendo à criação de "Conselhos de Arquitetura". O vínculo que liga a Engenharia e a Agronomia à Arquitetura não é maior que aqueles vínculos que ligam a Arquitetura às demais disciplinas do conhecimento humano.

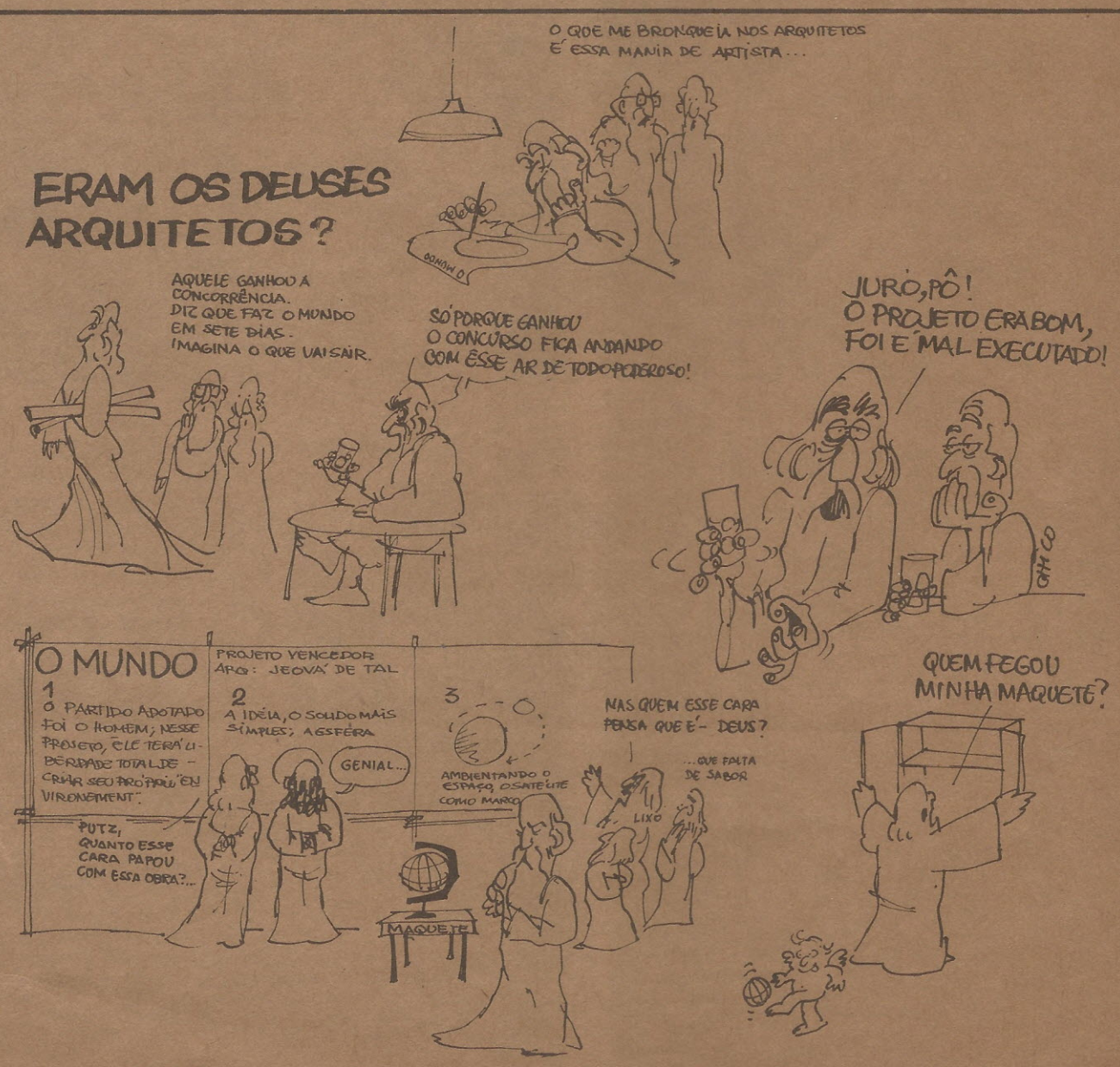
Arquiteto Luiz de França Roland. Catanduva, SP.

Colunas mestras das artes magnas

Nós todos arquitetos, partículas do aglomerado de uma das Colunas Mestras das Artes Magnas, faremos todo o possível para afastar as forças negativas que possam afetá-la, promovendo a defesa dos interesses profissionais, através do Órgão representativo — o Sindicato dos Arquitetos —, com toda a dedicação. Com este objetivo uno-me aos colegas, depositando minha inteira solidariedade.

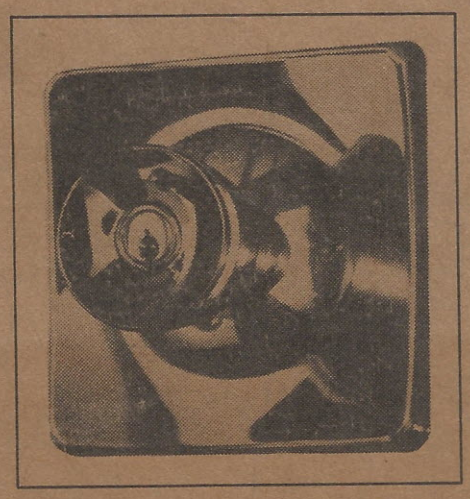
Arquiteto Samuel Roder. S. Paulo, SP.

Humor



Francisco Caruso, o Chico, freqüenta o quarto ano da FAU e diz que se continuarem insistindo ele acaba virando arquiteto.

olhe pelas nossas fechaduras para saber o que é qualidade.



Quando se olha uma fechadura, antes de admirar a beleza que está por fora, é preciso conhecer a qualidade que está por dentro. A fechadura La Fonte é garantida por 30 anos, porque além da beleza tem muito miolo. O que é muito importante. Cilindros, gorges, trincos, molas. O miolo tem que ser perfeito para que a fechadura seja segura. Faz 50 anos que a Metalúrgica La Fonte vive aperfeiçoando o que vai por dentro de uma fechadura e criando verdadeiras jóias para ficarem por fora. É por isso que a La Fonte tem contado com a preferência de arquitetos, engenheiros, decoradores, pessoas de muito bom gosto. Tanto assim que os edifícios mais importantes, as casas mais bonitas possuem fechaduras La Fonte.

METALÚRGICA LA FONTE S.A.

FÁBRICA: - RUA AUGUSTO FERREIRA DE MORAES, 690 - SÃO PAULO, SP - FONES: 269-0991 e 269-3386 - **LOJAS:** - RUA REGO FREITAS, 420 - SÃO PAULO, SP - FONES: 32-2352 e 34-3060 □ RUA CONCEIÇÃO, 273 - CAMPINAS, SP - FONE: 8-5370 □ R. MEXICO, 168 - RIO DE JANEIRO, GB - FONE 242-7856 □ R. MARECHAL DEODORO, 261 GAL. MINERVA - LOJA 8 - CURITIBA, PR - FONE: 23-5185 □ RUA MAJOR FACUNDO, 170 - FORTALEZA - FONES 2-0064 e 2-1215 □ **REPRESENTANTES:** ROL - BRASILIA D.F. - CLS 103 - BLOCO A - LOJA 28 - FONES: 24-3758 e 24-4758 □ MORGANTI - PORTO ALEGRE - RS - RUA CRISTÓVÃO COLOMBO, 167 - FONE: 24-6496 □ SERCOM - BELEM - AV. ALCINDO CACELA, 1489 - FONES 22-0975 e 22-4887 □ ASSIS - SALVADOR - RUA DA BÉLGICA, 2 - LOJA 1